



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial de Registro: Robson de Alvarenga

Rua Quinze de Novembro, 251 - 5º andar - Centro
Tel.: (11) 37774040 - Email: contato@4rtd.com.br - Site: www.4rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 714.794 de 27/02/2024

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **35 (trinta e cinco) páginas**, foi apresentado em 09/02/2024, protocolado sob nº 430.574, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **714.794** e averbado no registro nº 23440/A no Livro de Registro A deste 4º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS

CNPJ nº 61.914.891/0001-86

Natureza:

ATA

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Cesar Augusto Lima de Avelar
Escrevente

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 268,06	RS 76,08	RS 52,13	1\$ 14,11	RS 18,41
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 12,92	RS 5,61	RS 0,00	1\$ 0,00	RS 447,32



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00211174952488004



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo D191ta

1134804PJAD000025558FD24W

2

Eu, Fabio Luiz Pereira Magalhães, de nacionalidade Brasileira, casado, museólogo, portador do [REDACTED] inscrito no [REDACTED] residente [REDACTED] [REDACTED] representante legal da PESSOA JURÍDICA denominada FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA- CENTRO PAULISTA DE RÁDIOS E TV EDUCATIVAS - 61.914.891/001-86, com sede à Rua Vladimir Herzog nº 75, Água Branca, 05036-900, São Paulo -SP, vem requerer, nos termos do art.121 da LEI 6.015/73 e da Lei 10.406/02, o registro/ averbação do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma.

Nestes termos, pede deferimento

São Paulo, 14 de setembro de 2023.



Assat.írado repres^{fanfe} legal

Fabio Luiz Pereira Magalhães
Presidente do Conselho Curador
Fundação Padre Anchieta

RECEBIDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL - SP



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA NOVE DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, realizou-se a Reunião Extraordinária e Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, Presencial e por Videoconferência, plataforma Zoom. O áudio da reunião foi devidamente gravado. Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Extraordinária e Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. Participaram, os seguintes conselheiros: **ALDO LUIZ VALENTIM, ANDRÉ LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS, ANTÔNIO JACINTO MATIAS, AUGUSTO RODRIGUES, BEATRIZ BRACHER, CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES, CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** {Repres. do Reitor Mackenzie - Professor Marco Tullio Vasconcelos), **EDUARDO CARNEIRO WALMSLEY** {Repres. Secretário da Fazenda, Dr. Samuel Kinoshita), **EUGÊNIO BUCCI, EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, FABIO MAGALHÃES, GAUDÊNCIO TORQUATO, GERALDO CARBONE, GIOVANNI REA, GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA, JOSÉ LUIZ DA COSTA** {Repres. Reitor da UNICAMP - Antonio José de Almeida Meirelles), **JOSÉ RENATO NALINI, JOÃO RODARTE, LÍGIA CORTEZ, LUIGI NESSE, LUÍZA ROMERO DE MORAES, LUIZA HELENA TRAJANO, MARCELO HENRIQUE DE ASSIS** - (Repres. da Secretária de Estado da Cultura - Marília Marton), **MARIA ALICE SETÚBAL, MARIA FILOMENA GREGORI, MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, MARCOS MENDONÇA, MILTON FLAVIO LAUTENSCHLAGER** (Repres. do Presidente da FAPESP-Professor Doutor Marco Antônio Zaggo), **RENATA MACHADO TUPINAMBÁ, SÉRGIO AKIO KOBAYASHI, VINÍCIUS MENDONÇA** (Repres. Secretário de Estado da Educação - Renato Feder). Conselheiros que justificaram ausência: **ALINE TORRES, CARLOS GILBERTO CARLOTTI JR, CELSO NISKIER, FERNANDO PADULA NOVAES, LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS, MARIA AMÁLIA PIE ABIB ANDERY, PASQUAL BARRETI, RENATO JANINE RIBEIRO, RICARDO RAMOS FILHO, ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA, ROQUE THEOFILO JÚNIOR, TAYNÁ WINE, VIVIANE FERREIRA DA CRUZ.**

Convidados: **Carlito Camargo, Edson Kawano, Enéas Carlos Pereira, José Roberto Maluf, Márcio Montagner, Paulo Ramos.**

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Bom dia a todos e a todas. Eu quero dar início a reunião e primeiro eu queria saudar os novos Conselheiros. É uma alegria para a Fundação Padre Anchieta recebê-los para um mandato de três anos renováveis, os novos Conselheiros e os Conselheiros que já estavam aqui e que tiveram os seus mandatos renovados. Em primeiro, agradecer ao Aldo Valentim que tem uma grande trajetória na área cultural trabalhando como administrador, como condutor, como dirigente cultural, tendo inclusive assumido cargos importantes como na questão federal, que esteve na Secretaria de Cultura, no Ministério de Turismo como Secretário Especial da Cultura adjunto, trabalhando no Governo do Estado durante muitos anos como Secretário de Planejamento, de Avaliação, de maneira que é um grande conhecedor da área cultural tendo muitos amigos nessa área, então seja muito bem-vindo Aldo, agradeço muito a

ny

RENOTADO
19/08/2023

[Handwritten signature]

sua presença. Quero agradecer também a presença do André, o André tem também uma experiência para nós muito interessante porque ele vem da área ...

LUIZA TRAJANO - Bom dia a todos.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães)- Muito bem, continuando, o André tem a atividade de jornalista e uma vasta experiência nesta área, mas muito voltada para a questão da economia, atualmente é professor no INSPER, de maneira que ele pode dar uma contribuição muito grande nesse Conselho, tanto na parte jornalística, como na questão de administração, de finanças, e nos ajudar a melhorar a governança dessa Instituição. O Eugênio Bucci que deve estar nos ouvindo virtualmente, também é um conhecido jornalista, já foi Conselheiro da Fundação Padre Anchieta alguns anos atrás e certamente também contribuirá muito para nossas questões, a questão central nessa casa que é justamente a parte do jornalismo da TV Cultura. Quero agradecer também a Eunice, a professora Eunice, a extraordinária professora Eunice que nos honrou com o seu discurso em um dia tão importante na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, inesquecível dia, tão importante para todos nós não é, e que tem uma grande experiência, foi Secretária de Estado de Justiça, e nós ficamos muito orgulhosos de ter você aqui Eunice, e temos certeza que você trará uma contribuição muito importante, e a Lúgia Cortez, a querida Lúgia Cortez que conhece essa casa desde que era pequenininha, e que trabalhou aqui no Rá-Tim-Bum ainda menina, de maneira que você volta à casa e que seja muito bem recebida nos deixando feliz, fazia falta nesse Conselho alguém com a experiência de dramaturgia e você tem de trazer essa experiência aqui para nós. Então, agradeço a presença de todos e eu dou a palavra a vocês também caso queiram se manifestar. Aldo, quer dizer algumas palavras?

ALDO VALENTIM - Quero só agradecer, Fabio, Maluf e demais Conselheiros, a acolhida e dizer que eu estou à disposição para colaborar com a TV Cultura que é um patrimônio nacional, é importante a gente colaborar com a Cultura, com o desenvolvimento dessa TV.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - André.

ANDRÉ LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS - Eu vou meio no que foi dito aqui. Contem comigo, estou super empenhado, empolgado, já estou aqui no Comitê que, enfim, que já combinamos a minha participação, mas é outro tipo de apoio que eventualmente eu possa dar aqui para a Cultura.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - O Bucci já está na ...

BIBIA GREGORI - Ele estava chegando. Ele está no carro. Eugênio, você quer falar? Você está no carro. Acho que é complicado.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Professora Eunice então.

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE - Só para agradecer em nome do Fabio Magalhães, Doutor Nalini que eu também vi ali na tela, eu quero agradecer muito a confiabilidade e a possibilidade de conviver com pessoas tão importantes. Eu estou muito contente, muito orgulhosa, espero ser útil, é claro, mas estou muito orgulhosa até porque eu sou leitora de um determinado jornal que tem um excelente colunista que acaba aí de chegar e eu o sigo, digo: Olha, eu continuo com aquele jornal por você. Mas tenho aprendido muito da questão gravíssima, questão política brasileira com ela, mas muito obrigada.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Muito bem, então a Lúgia.

LÚGIA CORTEZ - Bom dia a todos. É um enorme prazer estar aqui, muito obrigada ao Presidente do Conselho Fabio Magalhães, muito obrigada a todos vocês pela confiança. Eu realmente tenho um profundo amor por tudo que a Fundação faz desde pequena, como disse o Fabio Presidente, e gostaria de me colocar inteiramente à disposição do que for preciso e do que eu possa ajudar. Muito obrigada, estou muito honrada de também estar presente aqui ao lado de todos vocês. Muito obrigada.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Muito bom. Bom, entre tantas as coisas, nós temos boas notícias e coisas que tem acontecido de maneira muito positiva na programação da TV Cultura, sobretudo, na questão do jornalismo que o José Roberto Maluf depois vai explicar. Eu gostaria de dizer, chamar a atenção, pelo menos o que me impressionou muito bem, foi ver a rapidez com que a TV Cultura tem respondido a certos temas de conjuntura. E eu vejo, por exemplo, a

questão da subvenção das universidades públicas, quando houve a reforma tributária e caiu o imposto que era o que mantinha as três universidades estaduais, a TV Cultura trouxe prontamente esse tema em discussão no seu jornalismo, inclusive abriu as portas junto aos reitores universitários para que esse tema seja debatido e discutido aqui. Eu penso que seria muito importante José Roberto, mostrar para a sociedade os benefícios que essas Instituições junto com a FAPESP, trouxeram para a sociedade paulistana e para o Brasil. Quer dizer, as pessoas falam muito do custo da universidade, chegam a reclamar do elitismo do seu público, mas na verdade sem a contribuição dessas universidades e da FAPESP, eu tenho certeza que o estado de São Paulo não seria o que ele é. Então seria importante que abrissemos espaço pelos benefícios e conquistas, pois há um bom tempo a Universidade de São Paulo está entre as cem melhores universidades do mundo, e é tão importante a origem e a maneira como esse subsídio chega à universidade porque ele em parte também garante a independência da universidade, ela não precisa negociar o seu orçamento todo ano com a Assembleia Legislativa, com o Governo do Estado, de maneira que esse é um tema relevante e fico feliz de ver que a Cultura foi o primeiro órgão de imprensa a lidar com esse assunto. Outro tema também ..., parece secundário, mas é de conjuntura, também fiquei feliz de ver nas telas da TV Cultura uma resposta muito boa sobre a violência no futebol quando aquela torcedora do Palmeiras foi atingida e acabou falecendo, e houve no programa futebolístico da televisão uma abordagem inteligente, aberta, responsável, chamando a atenção, não apenas dos órgãos de repressão, de polícia, mas, sobretudo, para o próprio futebol, para os cartolas, para as empresas de futebol, para as federações de futebol e etc., de maneira que achei e quero elogiar aqui a essa questão. Outro tema interessante que foi discutido no jornal das nove, foi a questão da inteligência artificial, ou seja, repercussões que podem trazer para o bem e para o mal, o que isso muda no ensino, enfim, eu estou fazendo esse relato para mostrar como a televisão está atenta as questões que é da nossa conjuntura e vem respondendo, abrindo espaço para ela, discutindo essas questões, e a questão da violência que é outra questão, violência policial e etc., que é outro tema que a TV vem discutindo e trazendo informações relevantes. Eu quero com isso cumprimentar a programação da televisão e eu vou passar a palavra para o...

BIBIA GREGORI - Antes de você passar a palavra eu queria só perguntar se os Conselheiros gostariam de fazer algum comentário a propósito dessas colocações feitas pelo Presidente Fabio Magalhães, se tem alguma colocação em relação ao jornalismo, a programação do jornalismo, eu queria abrir um pouco a palavra aos Conselheiros. Milton, por favor.

MILTON FLÁVIO LAUTENSCHLAGER - Fabio, eu queria aproveitar a oportunidade para saudar os novos Conselheiros pessoalmente, encontro aqui amigos de história e luta, o André eu conheci hoje pessoalmente, porque é bom saber em quem a gente votou, mas eu estou aqui com o Aldo, a Liginha que eu brinquei com ela ainda pouco, a Liginha frequenta o imaginário da minha casa porque a minha esposa trabalhou com ela durante muitos anos e tenho um enorme carinho, e via de regra ela é citada nas nossas conversas, e a nossa Professora Eunice, eu queria cumprimentá-la e dizer que é um privilégio para nós podermos participar da companhia de pessoas tão ilustres e com histórias tão ricas. E só deixar registrado Fabio, antes que a reunião comece, como revista por formação, a minha solidariedade aos amigos que eu encontrei na portaria dizendo que como cidadão paulista e paulistano, eu estou solidário com eles nessa luta que, aliás, já foi objeto de várias demandas e do próprio apoio do Conselho, que eles sejam felizes e que o nosso governo seja capaz de ouvi-los.

BIBIA GREGORI - Maria Hermínia, por favor.

MARIA HERMINIA TAVARES DE ALMEIDA - Bom dia a todos, eu queria fazer dois comentários, um primeiro saudar o fato da TV Cultura ter tomado para si o tema das universidades, esse foi um momento complicado na vida das universidades e da FAPESP, e eu acho que o tema foi tomado de maneira muito adequada, esse é um papel também que a TV Cultura tem e me somando ao Milton, eu queria dar as boas-vindas a todos os colegas novos do Conselho, ao Aldo, a minha querida mestra Eunice, a Lígia que eu não conhecia, o André que eu conheço há tanto tempo. Obrigada.

PRENOTADO
FAPESP

BIBIA GREGORI - Muito obrigada. Neca, por favor.

MARIA ALICE SETÚBAL - Bom dia a todas e todos, eu queria aqui saudar a todos os novos Conselheiros, é uma alegria estar aqui, a Professora Eunice, especialmente pois a conheço mais proximamente, Professor Eugênio que eu tenho a maior admiração, Professora Eunice e a Lígia minha amiga, estou muito feliz de estar aqui, supercontente. Hoje eu não pude estar presencialmente, normalmente eu estou, mas nas próximas reuniões espero estar também, e me junto aqui a Maria Hermínia na saudação à TV Cultura pela questão das universidades e também me junto ao jornalismo, da mídia em geral, da TV Cultura nessa cobertura do ..., eu acho que a gente está vivendo momentos de violência muito forte, violência policial, então eu me junto aqui ao jornalismo da mídia que eu acho que está fazendo uma cobertura muito importante, então eu gostaria de deixar registrado aqui a importância de estarmos acompanhando de perto o que vem acontecendo para a gente poder ter avaliações de toda essa ..., de tudo o que está acontecendo, especialmente nos estados de São Paulo e Bahia. Então é isso que eu queria deixar registrado e a saudação aos novos Conselheiros. Obrigada.

BIBIA GREGORI - Agora é a Luíza, por favor, e em seguida a Renata Tupinambá que vai falar do áudio.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Eu quero saudar os novos Conselheiros, dizer que contamos com a valiosa colaboração de todos, esse Conselho é plural ..., e justamente por isso ele agrega e traz sempre coisas muito positivas, é uma discussão sempre muito rica, quero agradecer também o apoio aqui do Milton, são demandas importantes de quem ajuda a colocar essa Fundação de pé, enfim, é isso, e dizer que o Milton também tem meu apoio, eu tenho enorme admiração pelo trabalho da FAPESP e concordo com o que disse o nosso Presidente, São Paulo não seria o que é pelo trabalho da FAPESP, a independência das universidades, aliás, a independência é a palavra-chave, independência financeira sobretudo. Obrigada.

BIBIA GREGORI - Obrigada. Renata Tupinambá.

RENATA TUPINAMBÁ-Oi, bom dia gente. Eu gostaria muito de agradecer a reeleição, dizer que hoje é o Dia Internacional dos Povos Indígenas, dia 9 de agosto, e agradecer a oportunidade de estar aqui, e me coloco mais uma vez à disposição de vocês para ajudar naquilo que for possível e também ajudar à vocês em outras demandas que precisarem também, e para mim é uma honra muito grande em estar compondo esse Conselho, e espero que nos próximos anos cada vez mais a gente veja também a presença de outros companheiros também indígenas, de muitas outras culturas, mas fico muito feliz por esse espaço democrático. E também gostaria de parabenizar os novos Conselheiros.

BIBIA GREGORI - MUITÍSSIMO obrigada. Luiza Trajano.

LUÍZA TRAJANO - Bom dia a todos, vocês sabem o quanto eu gosto de estar aí pessoalmente. Quero Presidente, marcar a reunião aqui no nosso escritório, vamos ver se a gente marca a próxima para vocês virem até aqui, quero dar as boas-vindas aos...

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Luiza, está devendo uma reunião aí que você prometeu.

LUÍZA TRAJANO - Então, em que dia vai ser a próxima,

BIBIA GREGORI - As reuniões são sempre às segundas quartas-feiras.

LUÍZA TRAJANO - É eu estou devendo faz tempo e nunca coincidiu. Vamos marcar a próxima, você me liga?

BIBIA GREGORI - A Miriam vai te ligar, mas sempre as reuniões do Conselho são as segundas quartas-feiras.

LUÍZA TRAJANO - Eu já vou marcar, mas boas-vindas aos novos Conselheiros, eu queria muito estar aí para vê-los pessoalmente, a Eunice, o Eugênio, o André e a Lígia que eu não conheço, quer dizer, não conheço pessoalmente, seria uma honra para todos nós vocês estarem aqui e parabéns por essa luta que a gente está tendo nas universidades. Agora que a USP foi eleita uma das maiores universidades do mundo, então nós temos que estar com muito orgulho. Obrigada gente, boas-vindas e parabéns Renata pelo dia dos povos indígenas, eu estou trabalhando muito no Grupo Mulheres do Brasil com os índios, quero te chamar para estar lá conosco.

RENATÁ TUPINAMBÁ - Sem dúvida. Eu acho que você conheceu a Yakuí esses dias.



LUÍZA TRAJANO - É elas estão trabalhando muito. Amanhã a gente vai ter uma reunião sobre saúde e eu vou te ligar para você estar aqui, está bom?

RENATA TUPINAMBÁ - Liga sim. Um abraço grande.

BIBIA GREGORI - Muitíssimo obrigada. Temos ainda a Bia Bracher para falar, mas antes eu só gostaria de saudar a presença do Marcelo aqui, como representante da Secretaria Estadual da Cultura. Muito obrigada pela sua participação e pela sua vinda. Bia?

BEATRIZ BRACHER - Bom dia a todas, a todos. Eu só queria falar da alegria que é ter os novos Conselheiros, Lúgia, Eugênio, André, Eunice, fico muito feliz mesmo desse Conselho estar cada vez mais representativo de várias formas, inclusive com peso intelectual. Boas-vindas.

BIBIA GREGORI - Muito obrigada. Acho que podemos dar segmento a pauta Presidente. Agora é a aprovação da Ata? É o item três. Existe alguma alteração, alguma ponderação à Ata?

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Na Ata da reunião anterior alguém tem alguma ... ?

GIOVANNI REA - Só cabe ressaltar que aqui na Ata consta a aprovação da alteração do Regulamento de Compras da Fundação, que foi feito ad referendum por recomendação do Comitê Jurídico da reunião de junho.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Isso mesmo. Estão de acordo com a Ata? (Sem manifestações). Então está aprovada a Ata da reunião anterior. Então vamos passar agora ...

BIBIA GREGORI - A o item quatro.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Ao item quatro. José Roberto.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Bom dia a todos. Senhores novos Conselheiros meus cumprimentos, boas-vindas, a Diretoria Executiva está à disposição do Conselho e dos senhores se precisarem de alguma coisa, especialmente informações sobre tudo o que ocorre na Fundação, a administração está sempre à disposição, e o que precisarem nós todos faremos com o maior carinho e respeito às informações que os senhores necessitarem. Hoje todos foram recebidos aqui pela Comissão do Sindicato dos Radialistas que está na porta, todo mundo viu, realmente é um assunto preocupante, eu já vou informando a Luíza Romero de Moraes e aos demais Conselheiros que é verdade o que está sendo dito pelos funcionários, tanto jornalistas, quanto radialistas, a defasagem salarial é de anos e anos, vem do tempo do governador Alckmin, passa pelo governador Daria, Rodrigo e agora Tarcísio, é mais ou menos na ordem de um pouco mais de 50% a defasagem. Esse percentual, eu estou dizendo em relação aos acordos intersindicais que nós não podemos cumprir, há um decreto governamental sobre os acordos intersindicais, e nós não somos considerados pelo Governo como administração indireta, portanto não podemos cumprir, temos que seguir o que o Governo concede para o funcionalismo. Estive pessoalmente com alguns diretores, algumas vezes até com o Presidente do Conselho, falando com a nossa Secretária Marília Marton, que hoje não poderia estar presente, mas está aqui o Marcelo Henrique que é a quem eu saúdo pela presença, e depois tivemos com o Secretário Gilberto Kassab, Secretário do Governo do Estado de São Paulo, e em seguida com o Arthur Lima que é o Secretário da Casa Civil, e por último com o senhor Vice-governador, Felício Ramuth, explicando sobre esse assunto da defasagem de tantos anos, e a nossa sugestão era que fosse no mínimo de 20% o aumento a ser concedido para a Fundação. Só uma das pessoas respondeu que foi o Arthur Lima que disse o seguinte: Nós vamos conceder 0% para os funcionários em geral, funcionário público em geral, e é esse percentual que a Fundação deverá conceder aos seus funcionários. Não haverá possibilidade de outro valor ou outro percentual acima disso. Então, eu estou esperando que isso se torne oficial, seja uma informação oficial em relação ao funcionalismo público do estado de São Paulo para poder também ...

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Os 0% já foram publicados?

JOSÉ ROBERTO MALUF - Refazendo a frase, estou aguardando que eu seja informado de que a Fundação possa conceder esse aumento. Ele deve ser feito a partir do mês de agosto e nos próximos dias daremos essa informação por escrito a todos os funcionários da casa. Infelizmente é o que a gente conseguiu e é o que se pode fazer. Lamento Luíza, mas gostaria que você transmitisse essa informação ao pessoal do Sindicato, muito embora a gente tenha contato

PRENOTADO
CORPUSP

M.

direto, o nosso RH esteja em contato praticamente diário com o Sindicato, mas nós pedimos que você faça isso também.

BIBIA GREGORI - José Roberto só um minutinho. Tinha incluído na pauta a possibilidade de a Luíza fazer um relato sobre isso, eu vou passar a palavra antes para você e depois a gente retoma a questão da programação.

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA - Então, eu queria entender como são as regras para tratar desse assunto para a Fundação, ou seja, pelo o que eu entendi agora da exposição do Maluf, a Fundação não tem autonomia para dar um aumento diferente do aumento dos funcionários, é isso?

JOSÉ ROBERTO MALUF - É isso, é exatamente isso. Só para completar, trata-se de um decreto do governador Alckmin que impossibilita o cumprimento de acordos intersindicais pelas entidades consideradas da Administração Indireta no estado de São Paulo, pois é como o estado nos vê Fundação Padre Anchieta. Então, temos que seguir o que é dado ao funcionalismo público do Governo do Estado de São Paulo, é isso.

BIBIA GREGORI - Luíza, por favor.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Então, a gente havia acordado antes de começar a reunião do Conselho que eu falaria depois do item quatro, as informações das programações das Rádios e TV Cultura que me foi dito pelo Presidente Fabio ...

BIBIA GREGORI - Só invertemos.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Bom, enfim, e aí o Presidente havia me questionado também, aí o Presidente Maluf, sobre a colocação dele posterior a minha fala e ele acabou adiantando. O que acontece?

JOSÉ ROBERTO MALUF - Eu sou ansioso.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - É, você adiantou, mas enfim, tudo bem. Para que todos entendam, eu preferi até escrever para não tomar muito tempo da reunião porque a situação dos funcionários aqui dentro da TV Cultura é uma situação cada vez mais complexa e cada vez mais difícil. Vocês viram as faixas na frente da Fundação hoje que são na verdade um apelo, é uma forma que os funcionários encontraram de pedir que se faça uma reparação e que não se cometa uma injustiça, ou que para se faça justiça. O que nós queremos é que o Governo do Estado, diz agora o Presidente, permita não só os 6%, que vá além, que permita a recomposição, como disse o Presidente, as perdas passam de 50%. É como se hoje nós ganhássemos metade do que nós ganhávamos há pouco mais de uma década e não só isso, pagamento do abono que pode ser feito com recursos próprios, já há precedente em uma outra ocasião, foi permitido, a correção dos valores dos tickets refeição e alimentação, o nosso ticket alimentação é de 80 reais mensais, dá para uma família comprar uma cesta básica? Acho que não. Realmente é bastante difícil. A gente também tem outras demandas que é a contratação dos colegas PJ's...

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Luíza, só um minutinho, é mensal 80 reais?

LUÍZA ROMERO DE MORAES - 80 reais mensais, esse é o valor do ticket alimentação da TV Cultura para quem ainda não sabia. Peço também a contratação dos colegas PJ's e eventuais que para além de um passivo trabalhista enorme, cria uma situação aqui que o renomado economista Edmar Bacha, me corrija aqui se eu estiver errada André, publicou em 1947, chamada de Belíndia para falar sobre os contrastes de um Brasil rico, rico como a Bélgica e pobre como a Índia, desigualdades que persistem no Brasil e que aqui dentro também se reproduzem porque a gente tem celetistas com direito a tudo e PJ's com direito à trabalhar, essa é a grande verdade. Eu estou nessa casa há 18 anos, eu estive nos dois lados do balcão, eu fiquei cinco anos como PJ, estou há 13 anos como celetista e falo casa porque é assim que a gente entende esse espaço, esse espaço é uma extensão do nosso lar, a gente se dedica muito aqui. Nesse período eu recebi um abono, um reajuste de 3,5% na gestão do Mareio França, às vésperas da eleição, talvez com algum interesse, um outro de 10,33% na gestão de João Daria, acredito pelos mesmos motivos. Não precisa ser expert em economia para fazer conta e saber que a inflação desse período ultrapassa e muito esses valores. O governador deu esses 6% para os servidores, por enquanto ainda está no campo da promessa porque isso já foi publicado, me corrija o

representante se eu estiver errada, e não chegou para nós. Então, a gente continua no campo da promessa e esses 6% não chegam nem perto dos 50%. Eu sei que isso depende de dotação orçamentária, que o ano passado esses 10,33% foram dados ali em um período de antevéspera de eleição, e que chegaram para nós depois de pressão dos funcionários com a solidariedade da casa, reconheço isso Presidente, e aí o que acontece? Precisa de suplementação orçamentaria, suplementação que chegou...

JOSÉ ROBERTO MALUF - Não chegou.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Não chegou até hoje? Olha, veja só como somos tratados aqui pelo Governo, e não estou falando só do atual Governo, estou falando também de governos anteriores.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Isso vem de governo anterior, não é desse.

LUÍZA ROMERO DE MORAES- Exatamente. Bom, e mesmo antes de eu estar aqui, estar falando do meu caso pessoal, a situação já era uma situação de adoecimento, as pessoas aqui têm problemas de saúde, emocionais, porque quem não tem o seu trabalho reconhecido, quem não tem o seu trabalho dignificado, trabalha como? Toda reunião que eu participei desde março para cá, o Presidente Maluf fez questão de colocar as suas realizações que são importantes como gestor para que as pessoas da porta para fora, e vocês levam isso daqui para fora, saibam o que acontece aqui dentro, o que está sendo feito afinal, porque essa casa aqui é de todos nós. Agora, esses avanços só são possíveis porque tem gente trabalhando, tem gente fazendo eles acontecerem. Salário é dignidade, é o mínimo, é o mínimo que um trabalhador, imagina como é que a gente se sente ao ser excluído senhor Representante? Nós somos menos, o governo não nos enxerga, não nos vê? O que acontece? Essa é a grande pergunta. E não vou me estender mais, só para concluir, eu apelo que vocês todos meus colegas do Conselho, que nos apoiem em nome do respeito que nós trabalhadores aqui merecemos, nós somos o cimento que mantém de pé essa Fundação, ela não existe sem a gente. Obrigada.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Eu queria só responder dois aspectos, dois assuntos. Primeiro, a necessidade de contratar por PJ é para não parar a empresa, não parar a televisão e as duas rádios, porque o número de celetistas que o Governo nos autoriza contratar é de 780 pessoas, nós temos além disso a orquestra contratada por nós e todos sabem disso, nós temos o Museu que já não é mais o Museu, está lá o Museu, mas o Solar Fabio Prado vai viver, vive independente do Museu, temos um teatro que nós temos que mantê-lo aberto, nós temos uma série de coisas que se nós contratássemos 780 pessoas apenas, nós tínhamos que parar de fazer um mundo de coisas. Não é com a fonte 1 que nós pagamos a programação que está no ar, é com a fonte 4, por quê? E aí tem que contratar PJ, empresas e produtores independentes porque senão nós não conseguimos fazer, não tem como fazer. Então, quando o Sindicato briga comigo, manda carta e me esculhamba dizendo que eu tenho que parar de contratar pessoa jurídica, eu digo, tenho que parar de produzir a programação nessa casa então. É isso que vocês querem? Não, não é. Então não temos alternativa porque o Governo do Estado não..., nós já pedimos a recomposição, duas, três, quatro vezes, uma vez por ano a gente pede, aquelas entidades que o Governo do Estado nos determina que falemos com ele, nós falamos, nós cuidamos, nós corremos atrás. Está à disposição no RH para os senhores quem quiser ver, todos os pedidos que nós fizemos e que fizemos recentemente pedindo para passar para 1.700 pessoas, que é o número que nós precisamos trabalhar. Então, tem 900 pessoas a mais do que..., e essas pessoas como é que vem? Produtor independente traz lá, trinta, quarenta pessoas, PJ através de empresas pessoais, MEi, etc., é assim que nós trabalhamos, não é porque nós queremos trabalhar assim, eu gostaria de contratar todo mundo por CLT, mas infelizmente não tenho essa autorização. Porquê? Porquê tendo essa autorização passa para a fonte 1 e o Governo tem que me dar o dinheiro, e ele não quer dar esse dinheiro. Em relação..., o segundo assunto, em relação aos 10,33% do ano passado, nós temos por escrito que o Governo não compensaria o valor que foi concedido de aumento. Realmente na fonte 1 salários, não foi nada abatido, em compensação em custeio, saíram 14 milhões. Ou seja, aumentou aqui e tirou daqui. O que quer dizer custeio? Custeio é tudo aquilo que a gente precisa fazer, para consertar a torre, para

RECEBIDO
11/03/15

uj

comprar um caminhão, para ... , enfim, aquilo que não é salário e que nós temos de despesas, tem milhões de outras despesas, essas estamos pagando com fonte 4, é o único jeito. E o que é a fonte 4? A fonte 4 é, venda de publicidade, venda de publicidade através de lei Rouanet, é receita do canal Rá-Tim-Bum, serviços para a Secretaria Municipal de Educação, serviços para a Secretaria Estadual de Educação, aluguel de estúdios para terceiros, produção independente, enfim, uma série de outras coisas que nós vamos buscar dinheiro para poder pagar essa conta. Só com o valor recebido do Governo do Estado nós estaríamos aqui com alguns enlatados no ar e olhe lá, jornalismo e enlatados, é o que a gente poderia fazer porque o custeio não paga a conta. O custeio que hoje, há cinco, seis anos, é de 110 milhões por ano, já foi de 250, já foi de 300 milhões por ano, mas há alguns anos que ele vem sendo diminuído e nós estamos sendo asfixiados e eu não escondo isso do Conselho, mas nós continuamos fazendo, de uma maneira ou de outra, nós continuamos fazendo e vamos continuar fazendo. Eram as duas informações que eu acho que eu devia lhe dar.

BIBIA GREGORI - Acho que a Luiza gostaria de se manifestar, mas também eu abro a possibilidade de os Conselheiros se manifestarem sobre esse tema.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Só para as pessoas terem uma ideia, eu estava lendo um relatório...

JOSÉ ROBERTO MALUF - Da Price?

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Exatamente. O número me chamou a atenção, a gente tem 46 celetistas, por exemplo, pensando na minha área e no jornalismo 80 PJ's. Então eu acho que isso diz muito sobre o que a gente chama de pejotização. Entendo esse esforço que a Diretoria faz, mas a gente precisa mais, e se hoje nós estamos na frente daqui da porta da TV, nós, porque eu me coloco junto com os meus colegas funcionários, seja Sindicato, não seja Sindicato, a demanda é de todos que aqui trabalham, amanhã podemos estar na porta da Secretaria de Cultura, na frente do Palácio, é porque realmente é uma situação insustentável Marcelo. Eu peço que você leve a demanda à Secretária, que tem participado das reuniões até bem mais do que outros Secretários de Cultura que a antecederam, e que realmente eu espero que alguma coisa seja feita, porque a situação aqui está muito difícil e os Conselheiros como pessoas ilustres que fazem parte aqui, eu peço que levem também isso da porta para fora e que cobrem, não é... , as pessoas com as quais vocês têm interlocução, com as quais vocês podem conversar sejam eles parlamentares, enfim, para que o Governo nos enxergue. Obrigada.

BIBIA GREGORI - Matias, por favor.

ANTÔNIO JACINTO MATIAS- Uma pergunta, o Conselho pode se manifestar, deve se manifestar formalmente em relação a esse tema, porque eu acredito que os Conselheiros individualmente estão sensibilizados e farão, tomarão iniciativas eventualmente no sentido de defender essa causa que é absolutamente justa. A pergunta é, se o Conselho pode tomar uma posição em relação a essa questão.

PRESIDENTE {Fabio Magalhães} - Pode e deve fazer.

ANTÔNIO JACINTO MATIAS- Eu acho que se pode, deve, a minha sugestão é que dessa reunião saia uma manifestação muito clara do Conselho de apoio a essas reivindicações.

BIBIA GREGORI - Luiza Trajano. Pode falar Luiza.

LUÍZA TRAJANO - Eu queria complementar o que o Conselheiro acabou de falar. Se todos tiverem de acordo Presidente Fabio, eu acho que nós devíamos primeiro protocolar uma carta em nome do Conselho do que nós ficamos sabendo e depois tentar marcar uma reunião. Eu não acredito que só trazendo a Secretária aqui isso vá resolver, desculpa, mas ela já veio muitas vezes e eu não sei se vai. Mas aí podemos usar as influências que temos, cada um a sua, para poder tentar marcar uma reunião, mas eu acho que protocolar uma carta em nome do Conselho do que está se passando, eu acho que é muito importante. A única coisa que eu tenho medo Maluf, é de a gente falar muito dos contratados e depois eles tirarem por efeito de justiça, e é aí que você vai ficar sem gente. Então eu não sei como é que nós vamos lidar com isso, mas eu acho que é um absurdo 80 reais de ticket por mês, então eu acho que todos nós aqui temos condições, eles sabem que a gente não está aqui pedindo reivindicação sem merecer, mas

protocolar uma carta Presidente Fabio, dizendo os problemas e que a gente aguardaria uma resposta eu acho importante, e cada um de nós pode usar a força que tem para poder tentar marcar uma reunião. Eu acho que o Governador precisa receber o pessoal, afinal de contas nós somos eleitos por eles, eles aprovam o nome da gente para estar aqui, então eu acho importante.

BIBIA GREGORI - Cleverson, por favor.

CLEVERSON DE ALMEIDA - Bom dia senhor Presidente, a cada Conselheiro, a cada Conselheira e também em nome da Universidade Presbiteriana Mackenzie, eu saúdo aqueles que hoje chegaram, seguramente a todos nos alegram e sobre essa questão que..., eu realmente tenho dificuldade para qualificar um ticket de 80 reais, eu estou tentando encontrar um termo que seja compatível e de fato eu não encontro, e essa questão como já foi tratada aqui, como foi bem lembrado por alguns que me antecederam, tudo isso que nós estamos a falar e todos esses empenhos individuais e coletivos que possamos ter, isso vai resolver a questão? É uma dúvida e eu peço desculpas a todos e a todas aqui pela minha ignorância a respeito até de aspectos legais e jurídicos que pautam a matéria, mas isso que estamos a fazer, esses esforços, vão resolver a questão de base que me parece..., eu estou aprendendo aqui ao longo do tempo, ser um embolho sobre a natureza jurídica? Porque se não resolver, a gente daqui a pouco vai estar aqui, aqueles que aqui estiverem, estarão discutindo as mesmas temáticas, pode até se resolver alguma coisa pontualmente, emergencialmente, mas não se resolve de uma forma mais definitiva, uma forma perene. Claro, eu posso também fazer as minhas especulações e eu as tenho, é possível pagar um bônus que não seja um percentual? Juridicamente eu não sei se pode porque talvez fosse..., imagino um paliativo porque não vai resolver a questão de base, mas daqui a pouco vai ter que ser discutido um outro bônus, mas é um bônus que resolve uma questão emergencial. As questões colocadas..., a gente estuda um pouquinho essa área do trabalho, PJ, mas é como disse o nosso Presidente, se tira os PJ's faz o que? Temos discutido aqui muito a programação, a qualidade, temos nos alegrado muito com tudo que tem sido feito e ver o potencial do que pode ser feito, se tirar os PJ's hoje para tudo. De novo, e não resolve a questão de base, a questão de origem, a questão fundante. A Secretária tem poder para resolver? Porque também se não tiver o poder na mão dela para ela resolver, e eu desconfio que não esteja na mão dela o poder com uma solução perene, então a gente..., desculpem, eu sei que eu fico aqui também um pouco meio circular, mas eu rodo, rodo, e volto na questão de base que me parece que inclusive já está tendo um tratamento jurídico. Então, eu sei que eu também não contribuo talvez em nada, mas assim, eu me senti no dever de me solidarizar com o quadro funcional da casa com essas preocupações que o Conselho, sobre as quais o Conselho tem trabalhado, mas também no meu entendimento sobre as quais este Conselho, evidentemente legítimo e talvez necessário fazermos uma manifestação formal coletiva em nome do Conselho, mas também não resolve a questão de base, a questão de origem e daqui a pouco é assim, a gente vai ter uma perspectiva jurídica de resolvê-la?

BIBIA GREGORI - Eu só vou passar a palavra para o Presidente Fabio que solicitou em resposta Cleverson, mas temos uma lista aqui de algumas pessoas que gostariam também de se manifestar e depois o Doutor Marcelo, a gente passa para o senhor poder responder porque daí eu acho que fica uma situação mais completa.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - O Cleverson coloca um tema que é crucial e fundamental. Nós somos uma Fundação de Direito Privado, fomos criados como tal e na ocasião dessa criação foi aprovada por Lei na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, então nós não somos um decreto, nós surgimos através de uma Lei, uma Lei Estadual, junto com essa Lei Estadual veio um provimento, naquela ocasião não importa o valor, um valor estabelecido como obrigação do Estado em relação a Televisão. Nós vivemos durante longos períodos regidos pelo regime trabalhista, nós tínhamos dissídios e os dissídios eram resolvidos, íamos à justiça, e nós tínhamos que cumprir o que o juiz determinava. Isso mudou de alguns anos para cá, isso criou problemas inclusive porque em um momento havia uma dualidade, o Estado dizia: Nós não podíamos dar o aumento, e a justiça do trabalho dizia que nós tínhamos que dar o aumento. O Presidente da

PRENUNCIADO
SEM EFEITO

Diretoria Executiva era o jornalista Paulo Markun, e ele atendeu ao juiz e deu o aumento, e o Markun sofre até hoje um processo administrativo para pagar pessoalmente o aumento dado em um processo que se alonga, e que nós diante desses problemas resolvemos aqui em gestões passadas, o Conselho aprovou, de ter um recurso jurídico para defender os ex-diretores administrativos da Fundação, desde que, evidentemente, de causas justas, então a Fundação paga os custos advocatícios. Eu quero dizer que essa situação é complicada. Bom, diante disso e por iniciativa do Conselheiro Gabriel, nós fizemos um razoado, chamamos inclusive pareceres de advogados e apresentamos um processo junto ao Estado de São Paulo que reconhecesse o nosso caráter de Fundação de Direito Privado não vinculado, esse vínculo é um decreto, não é uma lei (0:49:17 - corte no áudio) e no governo passado do Secretário da Fazenda, isso já no final da gestão, já na gestão do Rodrigo se eu não me engano, ele foi realmente um entusiasta, nos recebeu, nos ajudou nisso, mas o Ministério Público e a Procuradoria do Estado negaram provimento, então nós vamos reiniciar esse processo outra vez. Fora isso, o Cleverson tem razão, quer dizer, não é uma vontade da Secretaria, não é uma vontade nem mesmo do Secretário da Fazenda, ou seja, é uma questão que tem que ser resolvida na Procuradoria do Estado. Nós estamos caminhando nesse processo, vamos insistir nele, é uma longa luta, mas mais do que isso, nós estamos fazendo esforços enormes no sentido de ampliar a fonte 4, ou seja, ter uma dependência menor do Estado. Quando vocês observaram as contas, observam que a presença dos recursos próprios são significativos dentro da Fundação, eles estão crescendo. É verdade também que há esse lado perverso de que a fonte 1 não cresce, então parece que uma fonte acelera e outra diminuí, mas na verdade nós estamos ampliando a fonte 4, e essa é uma questão importante porque ela cria um enorme transtorno em todo o projeto de recursos humanos na Fundação, carreiras e etc., quer dizer, tudo isso que a representante dos funcionários expõe, é dramático. Agora, tem total solidariedade nossa, total solidariedade da Diretoria Administrativa, mas nós temos muito pouco para fazer essa é a verdade, nós batemos no Governo do Estado e aí nós ficamos presos a isso. Nós temos insistido lá. Quero só lembrar ao representante aqui da Secretária, o Marcelo, que nós já fizemos inúmeros pedidos para sermos recebidos pelo Governador, é um fato único em que há oito meses, nove meses de governo e nós ainda não fomos recebidos. É o único caso, já fomos recebidos por outros Secretários, mas pelo Governador não, enfim, assim que a agenda dele estiver aberta para uma conversa conosco, nós vamos expor a questão trabalhista, isso estará na nossa pauta junto com o Governador. Então, quer dizer, nós estamos atentos e preocupados com isso, porque não há benefício para a Fundação, a Fundação como não é para fins lucrativos, não tem o menor interesse em arrocho salarial, ao contrário, quanto melhor ela pagar os funcionários, melhor desempenho ela terá. Quero só dizer uma coisa, apesar disso tudo e claro que isso envolve os funcionários, a garra e o amor que os funcionários têm por essa casa, essa casa não está declinante, ao contrário, ela está ascendente. Não sei se vocês viram recentemente, o nosso jornalismo está competindo com os principais da televisão, há momentos, há horários, nove horas da noite, horário do nosso noticiário principal, nós ficamos par a par com Globo News, com a CNN, isso não é pesquisa nossa, em alguns casos passamos, então isso mostra que apesar de todas essas dificuldades, e aí está a Luíza que é jornalista, participa juntamente desse êxito, ela é responsável por esse êxito também, mostrar que a televisão continua ascendente, mas nós temos que lutar por isso. Eu acho que a grande luta é nós recuperarmos a nossa independência como Fundação de Direito Privado, receber os recursos do Estado, prestarmos contas dentro das normas, mas não 2starmos sujeitos a política salarial do Estado. Então, essa é uma conquista que ainda não obtivemos, continuamos lutando sobre ela, vamos ser perseverantes nessa luta.

BIBL,õ. GREGORI - Agosto.

AUGUSTO RODRIGUES - Bom gente, são três assuntos aqui que eu queria tratar, mas o primeiro deles, eu tinha uma visão antes muito clara sobre o tema de contratação de pessoas jurídicas, mudou tudo e eu vou deixar isso para mais tarde um pouco, mas tem dois temas aí que eu acho que nós temos que ajudar. O primeiro agora o Fabio já disse uma série de coisas, mas o tema dos 6%, quer dizer, como é que nós podemos ajudar o Conselho, como o Conselho pode ajudar

a Diretoria Executiva conseguir já isso José Roberto? O José Roberto falou já em chamar o Sindicato, chamar a Luiza, e dizer: Olha, estamos entregando os 8% agora em agosto e acaba com isso. O segundo tema é o ticket alimentação, 84 reais não dá gente. Sabe quanto é o ticket lá ... , eu sou Presidente lá no Rio, sabe quanto é no Rio? Eletrobrás, Privada, setecentos e setenta reais e quarenta e dois centavos. Não pode. Talvez isso aí, esse tema, algum desses itens, alimentação, essas coisas aí que esteja com ... , não está com a Diretoria Executiva José Roberto? Eu não tenho clareza disso, perguntei para você agora e você falou que não.

JOSÉ ROBERTO MALUF - O que?

AUGUSTO RODRIGUES-Ticket alimentação você não ...

JOSÉ ROBERTO MALUF - Não, não posso aumentar, mexer em nada a não ser com autorização do CODEC.

AUGUSTO RODRIGUES - Temos que ver então como que o Conselho pode ajudar a Diretoria Executiva nisso.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Nós temos pedido, nós fizemos os pedidos que cabem ... , nos cabem fazer e teve uma proposta do Matias de mandar uma carta.

AUGUSTO RODRIGUES- Então, vamos mandar.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Então, eu acho que esses assuntos todos podem ser incluídos, não só o aumento salarial, mas também esses assessórios todos que nós temos que pedir para que sejam aumentados. Nós não temos autonomia para mexer nisso.

AUGUSTO RODRIGUES - Se nós não temos autonomia como é que o Conselho pode ajudar você? Aí o Fabio falou uma série de coisas aqui, já marcou uma série de conversas lá, está indo muito bem, mas eu creio que nós temos que ser mais agressivos nessa coisa com o Governo Estadual.

JOSÉ ROBERTO MALUF - São 35 entidades no Governo do Estado entre empresas de economia mista, pública e fundações, elas estão todas no mesmo pé, todas dependem do Governo do Estado para poder dar qualquer tipo de aumento, então todas têm problemas, a Sabesp, enfim, a Cetesb, o que quer que seja, o Memorial da América Latina, todo mundo tem o mesmo problema, não é um problema só com a Fundação Padre Anchieta, por favor.

BIBIA GREGORI - Ok. Eu vou passar a palavra para o Carlos e o Rea.

CARLOS WENDEL MAGALHÃES - Bom, muito bom dia a todos, também queria saudar os nossos novos Conselheiros, Aldo, André, a Professora Eunice, o Bucci e Lígia, realmente é uma enorme satisfação e orgulho para esse Conselho poder contar com o curso de vocês. Vou ser breve no fundo, o Fabio já fez uma longa explanação e o que o Professor Cleverson levantou para mim é o ponto focal, quer dizer, a gente precisa tentar avançar para recompor esta condição da Fundação que foi a vontade do Legislador e foi a vontade do Executivo, que fosse uma Fundação de Direito Privado, quer dizer, a gente tem a limitação com pessoal e tem uma limitação no dia-a-dia da Fundação, quer dizer, ela perde na minha avaliação eficiência e eficácia por algumas amarras impostas, por uma interpretação que eu considero equivocada de que ela tem que seguir alguma legislação específica da Administração Pública Direta, então eu acho que isso é o cerne, mas eu não vou me alongar porque eu acho que o Fabio colocou muito bem, a posição do Matias, que eu estou plenamente de acordo, e se não é a Secretária e sim o Governador, e eventualmente o Legislativo, porque eu vejo um desrespeito à vontade do Legislador, quer dizer, se é uma Lei, o Legislativo precisa também se manifestar sobre isso porque não adianta depois por decretos, quer dizer, por uma ação do Executivo impor uma limitação que o Legislador quis, está certo? No meu entendimento é o Legislador que tem o poder de rever essa posição. Então, quando a gente estuda a legislação e a vida administrativa da Fundação, a gente vê que há um desvirtuamento, quer dizer, é uma condição que no fundo uma burocracia vai impondo e desrespeitando questões mais fundamentais. Então eu acho que a gente voltar ao que é essencial, ao que é fundamental, dá uma simplicidade para a questão que é est arrecedora.

BIBIA GREGORI - Eu vou só externar aqui a lista de pessoas que pediram para se manifestar e todos estão incluídos. Eu vou passar a palavra para o Rea agora, mas depois em seguida é o

REUNIAO
11/08/2011

Eugênio, Luíza pediu para se manifestar, Doutor Marcelo pediu para se manifestar e o Aldo, novo Conselheiro e a Bia Bracher. Então antes do Doutor Marcelo é a Bia Bracher. Por favor, Rea.

GIOVANNI REA - Bom dia a todos, saúdo também os novos Conselheiros, sejam bem-vindos e a questão foi muito bem colocada pelo Cleverson, e arrematado pelo Doutor Fabio e Carlos sobre a natureza jurídica da Fundação que já foi amplamente debatida e discutida. O fato é que houve um decreto do Poder Executivo que reorganizou a burocracia à Administração do Estado de São Paulo, salvo engano meu, foi do próprio Alckmin ou do Serra, mas acho que foi o Alckmin e ele colocou todas as fundações públicas como descentralizadas incluindo a Fundação Padre Anchieta. Então, seguindo na linha do que o Matias sugeriu sobre o envio de uma carta, eu creio que para limbo jurídico nós tratamos com objetividade. A questão que se coloca trazida pela Luíza, nós precisamos enxergar com bastante objetividade o que se quer. O mais urgente pelo que eu vejo, e eu acho que é até bastante legítimo o pleito dos funcionários a questão do aumento, do ticket, enfim, agora se formos enviar um documento assinado pelo Conselho tratando amplamente a questão, inclusive sobre pejetização e outros temas, eu acho que nós perdemos a objetividade nesse sentido, o que tem que sair daqui é o que se impõe no momento que é a recomposição salarial, a questão do ticket, essas questões acessórias mais urgentes. Sobre a questão de pejetização, de fonte de custeio, enfim, isso deve ser tratado em apartado com instrumento próprio, de maneira adequada, colocar tudo dentro de uma carta vai perder o foco do que é necessário e do que é objetivo. Então, a minha sugestão é, nós encaminharemos um documento? Se sim, parece-me que já está aprovado inclusive, coloca-se o que é mais urgente. Essas questões mais complexas elas devem ser tratadas em um ambiente de discussão apropriado e de forma apropriada, não me parece que o pleito trazido pelos funcionários deve abarcar todas essas questões. Não sei se estão todos de acordo, mas é que envolve complexidades muito maiores do que isso.

BIBIA GREGORI - Eugênio, por favor.

EUGÊNIO BUCCI - Gente, em primeiro lugar bom dia. Eu vou ser rápido aqui sobre esse ponto dos nossos funcionários, mas ao mesmo tempo eu gostaria de saudar a todos, saudar aí na mesa você Bibia, o Augusto, o Fabio, o Maluf, os novos Conselheiros, André, a queridíssima Professora Eunice, todo mundo, mas queria situar um pouco a questão que a gente está tematizando aqui nesse momento. A Professora Maria Hermínia falou no início do olhar da TV Cultura atento e preciso para a situação das universidades, e de fato, isso merece elogio, merece aplauso, mas não é por acaso, a situação das universidades hoje naquilo que nós temos de conquista, a USP ter se tornado a posição de número 85 do ranking de grande prestígio e etc., vem de uma clareza sobre a autonomia universitária que é uma questão que se arrasta há décadas, e esse conceito da autonomia universitária deve se aplicar também às emissoras públicas, as instituições públicas dedicadas a comunicação pública. Há uma fraternidade, uma solidariedade natural entre essas duas instituições. Uma instituição como a TV Cultura que é a principal instituição de comunicação pública, é a principal emissora pública, rádio e televisão, que nós temos no Brasil em matéria e qualidade, de independência e de poder crítico objetivo, inegociável. É nesse sentido, é nesse contexto que eu coloco a necessidade de o Conselho em uma carta que não entre em detalhes, não se perca nos meandros jurídicos, se solidarize com a questão dos nossos funcionários. E eu acho que aí o ticket, o valor do ticket, é a questão mais visível e pode ser um dos pouquíssimos objetos do conteúdo dessa carta, ela não deve se alongar, não deve se perder. Fora isso, eu quero saudar o esclarecimento prestado pelo nosso Presidente do Conselho, o Fabio, as providências do Maluf, a TV Cultura tem conquistado uma posição de grande valor como, por exemplo, o fato de ter organizado o debate entre os candidatos à Presidência da República, candidatos a postos eletivos no ano passado, isso só é possível em uma entidade que tem independência jornalística, o valor disso aí é incomensurável, nesse contexto, cabe sim o Conselho se manifestar em solidariedade aos funcionários de forma concisa, econômica e abrir as negociações. Eu estou de acordo com as orientações gerais e lembro apenas que eu já fiz parte desse Conselho no passado, para mim é um orgulho, uma alegria enorme estar aqui na

companhia de vocês todas e todos, gente do maior valor para o Brasil, para São Paulo, para a cultura brasileira, minhas melhores saudações e contem comigo.

BIBIA GREGORI - Muito obrigada. Seguindo a lista, Luíza.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Então, para objetivar aqui. Eu acho que a carta é fundamental, concordo com o que falou o Augusto, concordo com o que falou o Eugênio, acho que a gente tem que focar e o focar nesse sentido é pedir os 6%, se não for possível a recomposição nesse período, é pedir o reajuste do valor dos tickets, detalhe, os 6% é extensivo aos colegas PJ's como foi garantido pela casa, com certeza, o ano passado, conto novamente com a solidariedade da Diretoria Administrativa e o abono que independe porque já foi concedido e uma outra ocasião, me parece que não precisava de aprovação do CODEC, acho que nesse sentido. Paralelo a isso, a gente pode falar dessas questões que são jurídicas, mas a gente sabe a velocidade com que anda a justiça nesse país, seja porque os juízes estão atolados de processos por judicialização, seja porque..., enfim, as coisas são o que são dentro da lei, quem conhece a lei entende melhor do que eu disso, para lutar por essas questões, de a gente passar a ter uma situação de ser de fato uma instituição de direito privado que possa negociar diretamente com os seus funcionários, concordo com o que o Eugênio falou, eu tinha anotado aqui, como falou o Milton no começo ali, a independência financeira das universidades, ela é eu acho que a chave do sucesso e nós também temos que lutar por isso, só que essa independência ela passa por um processo que é muito mais longo e as nossas necessidades são agora, já, já passaram da hora, quando você tem mais de 50% de perda salarial já passou da hora. Agora, eu acho Marcelo, que o governador tem uma oportunidade única de resolver essa questão porque não foi o que aconteceu nos últimos anos, desde que eu estou aqui há quase 20 anos. Então para ele seria interessante receber o Conselho, para ele seria interessante acenar favoravelmente à Fundação Padre Anchieta, acho que para ele seria politicamente um ganho se ele enxergasse essa Fundação com o valor que ela tem, e o valor que é visto pela comunidade paulista, que as pessoas amam a TV Cultura e não só nós que trabalhamos aqui, e isso qualquer pesquisa mostra e aponta nessa direção. Então eu acho que é isso, não quero me estender porque eu sei que tem mais gente que quer falar e eu agradeço todos os apoios que vocês puderem nos dar.

BIBIA GREGORI - Eu vou passar a palavra para o Aida e depois para a Bia Bracher, só chamando a atenção que os Conselheiros que estão aqui chamando, salientando, é que a TV Cultura é independente, o que o Eugênio falou é de autonomia.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Sim, financeira.

BIBIA GREGORI - Aida, por favor.

ALDO VALENTIM - Só rapidamente me solidarizar com as discussões e com relação a temática dos funcionários, e voltar aqui um tópico que o Carlos colocou. Eu penso que temos que atacar com urgência, mas também desenvolver aí Presidente e demais Conselheiros, acho que voltar as discussões com o Ministério Público, ter uma força tarefa para atacar também diálogos com o Legislativo, acho que Carlos pontuou bem, a gente teve troca de governo, troca de deputado, então eu acho que é importante ter três frentes talvez para cercar o diálogo com o Poder Executivo e Legislativo, para que a gente consiga desenvolver a tese jurídica com relação a independência, a autonomia da TV Cultura no aspecto do longo prazo.

BIBIA GREGORI - Muito obrigada. Bia Bracher, por favor.

BEATRIZ BRACHER - Na verdade eu acho que já foi dito o que eu ia dizer, eu faço a ênfase no contato com o Poder Legislativo, porque afinal de contas o que está acontecendo é que está sendo contra a uma Lei que o Legislativo criou, que a Assembleia Estadual criou. Então eu acho que cabe a nós voltar para eles e reivindicar que seja respeitada a Lei que eles fizeram, e eu acho que o argumento do Eugênio, do parentesco da natureza entre a comunicação pública e a universidade, é muito interessante e muito importante, acho que deve ser colocado também agora para os legisladores. É isso.

BIBIA GREGORI - Muito obrigada. Eu vou passar a palavra então para o Doutor Marcelo, depois eu passo a palavra para o Fabio fazer uma síntese e a gente passa para os outros pontos da pauta. Por favor.

REUNIAO
10/03/15

th

Tr

MARCELO HENRIQUE DE ASSIS - Bom dia a todos, é um prazer aqui representar a Secretária Marília Marton, e dizer também que eu me solidarizo com esse pleito, entretanto, a gente precisa ter consciência que não estamos tratando simplesmente só de uma recomposição salarial pontual, o problema como foi discutido por todos os Conselheiros aqui ele é mais grave do que isso, a gente está falando de um decreto estadual que equiparou a Administração Indireta com a Administração Direta, então essa mudança de decreto muito provavelmente traz o impacto orçamentário para todo o governo. Então esse governo que está chegando nesse ano, assim como a Secretária que tem mantido um diálogo, tem vindo nas reuniões, nós estamos dispostos a permanecer com esse diálogo para tentar buscar uma solução nesse sentido. O que a gente precisa ter clareza é com esse ponto em que pese a gravidade do problema, em que pese a gente reconhecer que tudo isso é um problema que tem uma profundidade maior do que uma recomposição pontual na TV Cultura, muito provavelmente esse decreto traria um impacto do âmbito de governo que a gente precisa estudar isso, e por isso eu acho que o melhor caminho talvez seja o que o Giovanni colocou também de apontar esses caminhos jurídicos e entender ... , eu não acho que o decreto que foi feito ele está ... , muito provavelmente eu acho difícil que ele esteja em desacordo com a legislação, a gente precisa analisar isso para entender quais seriam as medidas. Então, por mais que a gente tenha esse problema, a Secretária Marília, o Governador, eu tenho certeza que estão dispostos a permanecer em diálogo para buscarmos uma alternativa para isso, lembrando que a gente precisa olhar de fato para a fotografia como um todo do Estado, porque é uma política pública que foi adotada anos atrás e que isso traz consequências não só para a TV Cultura, mas para o estado como um todo, então a gente precisa olhar para esse problema, para esse ... , entre aspas, buraco de maneira uniforme para buscar uma solução que seja sadia também aos cofres públicos. É mais nesse sentido. Obrigado.

BIBIA GREGORI - Eu vou só passar a palavra para o Conselheiro Marcos Mendonça que solicitou agora, o último depoente nesse assunto, passo a palavra ao Fabio para fazer uma síntese e passamos para os próximos pontos.

MARCOS MENDONÇA - Bom dia a todos, eu queria saudar os novos Conselheiros, dar boas-vindas a eles, estou vendo vários aí que a gente já tivemos convivência em outras oportunidades juntos no próprio Conselho, mas saudar a todos e dizer o seguinte, essa é uma questão que vem se alongando e se estendendo há anos e anos, não é algo que não tenha sido discutido anteriormente por esse Conselho, muito pelo contrário, esse Conselho tem discutido isso com muita ênfase durante todo esse período, o Fabio Magalhães contou, ele descreveu um dos fatos, quer dizer, absurdos que ocorreram, esse fato do Markun em determinado momento ter atendido uma demanda e até hoje sofrer as consequências de um procedimento administrativo, enfim, na verdade eu concordo com o Eugênio e com o Carlos quando eles colocam a questão de nós termos uma diferenciação do conjunto. É muito difícil para o Estado nós contermos êxitos junto ao Estado, na medida em que nós fomos equiparados a mais de trinta entidades que existem, instituições que existem vinculadas ao Estado. Não há necessidade clara de se tentar essa diferenciação, e essa diferenciação, ela deve na minha avaliação, ela só poderá ocorrer mediante algo do Legislativo, somente uma ação do Legislativo estabelecendo uma regra diferente para o tratamento dado pelo Estado para a Instituição, permitindo que a Fundação possa realmente ter uma autonomia e independência para resolver essas questões, sem estar presa a qualquer decisão com consulta e autorização expressa do Governo para poder realizar, sobre pena do gestor ser penalizado, quer dizer, o Maluf vive hoje uma situação em que se ele deixar de cumprir uma determinação dessas do Governo, imediatamente ele está sujeito a um processo de responsabilidade pessoal, ou seja, não vai ser a Instituição que vai responder, vai ser o próprio Maluf individualmente que irá responder. Então fica aqui essa opinião no sentido de que a gente deva tentar buscar algo junto ao Poder Legislativo. Eu não sei se estão presentes aí alguns dos representantes da Assembleia, mas o primeiro passo me parece que seria nós procurarmos esses dois representantes que a Assembleia tem junto ao Conselho, expor para eles essa dificuldade, essa situação e talvez verificar com eles a possibilidade de dar andamento a um procedimento junto a Assembleia.

BIBIA GREGORI - Muitíssimo obrigada. Marcelo, por favor.

MARCELO HENRIQUE DE ASSIS - Se eu não me engano, os 6% pode ser aplicado a partir da publicação em Diário Oficial, então eu acho que isso precisa ser checado para que já tenha uma ...

LUÍZ ROMERO DE MORAES - Que eu tenha visto, na publicação não contemplou.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Paulo, eu peço que você solicite ao RH para ver isso agora, por favor.

BIBIA GREGORI - Fabio, por favor.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Eu acho que a discussão foi muito rica, agradeço aos Conselheiros, e em primeiro lugar nós vamos adotar a proposta do Conselheiro Matias e vamos redigir essa carta. Eu vou pedir depois aos Conselheiros que queiram participar dessa redação e seguir os conselhos de ser uma carta enxuta, objetiva, esse é um aspecto, o outro aspecto é dar continuidade ao processo que t a questão que o Cleverson propôs, ou seja, dar continuidade ao processo que a gente vem desenvolvendo junto ao Executivo, referente ao caráter privado da nossa Fundação, e, portanto, independente disso. Quando a questão do Marcos, a Assembleia eu acho importante nós informarmos e conversarmos na Assembleia, mas há muitos anos a Assembleia não participa do nosso Conselho por razões que eu desconheço, agora nós convidamos outra vez, temos convidado, temos insistido com que eles tenham um representante da Comissão de Cultura, e um representante da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, eles juntaram as duas comissões, educação e cultura, mas mesmo assim pelo nosso Estatuto eles continuam tendo dois votos, e normalmente vem o Presidente da Comissão e o Vice-presidente que representam ambas as áreas dentro da Assembleia Legislativa, eu até nem sei o nome deles agora aqui, mas nós temos os nomes, sabemos quem foi eleito para essas comissões e que tem assento nessa casa, o fato é que eles não respondem, não vieram, eu talvez e o Maluf, possamos fazer uma visita a Assembleia Legislativa, mas eles já tiveram presença ativa aqui muito significativa. Eu acho também que esse é um caminho ao se informar a Assembleia, mas sobretudo a nossa questão é com o Executivo mesmo, estamos trabalhando ambos e com a maior urgência, eu vou passar a informar vocês via e-mail porque isso deve transcorrer ainda antes da próxima reunião, nós vamos ter a urgência disso, não é? E quero agradecer a Luíza de trazer as informações todas e, por favor, encaminhe ao Sindicato que nós dedicamos uma pauta extensa nessa reunião sobre essa questão e que há unanimidade, tanto da parte dos Conselheiros como da Diretoria Executiva, em tentar fazer os esforços possíveis para resolver essas questões. Essas questões não estão sendo resolvidas porque elas ultrapassam a nossa vontade, ao nosso poder, então nós vamos encontrar meios o mais urgente possível de resolver essa questão. Eu acho que nós podemos passar para a pauta seguinte.

BIBIA GREGORI - Sim, podemos. Agora são as informações fornecidas pelo Presidente Maluf sobre a programação das Rádios e da TV.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Bom, eu vou passar para o Enéas que é o Vice-presidente presente que vai falar sobre programação e apresentar um vídeo para os senhores, mas antes disso eu quero dizer algumas coisas, por exemplo, estamos crescendo em todo Brasil, apesar de já cobrirmos todo o território nacional, temos conseguido novas emissoras afiliadas, neste mês entraram para a nossa rede uma emissora de Porto Seguro na Bahia, de Juazeiro do Norte no Ceará, em Rio do Sul em Santa Catarina e aqui no estado de São Paulo na cidade de Jaguariúna, todas essas emissoras pertenciam a Rede da TV Brasil e deixam a TV Brasil para se juntar a nós acreditando na programação da TV Pública, pela TV imparcial e plural que nós somos. Hoje está tendo uma reunião da rede aqui em São Paulo, estão reunidos agora no estúdio que é destinado para a UNIVESP, que não está gravando hoje, e temos aqui setenta representantes de emissoras afiliadas da TV Cultura, mais tarde estarei com eles e isso mostra que apesar de tudo, nós continuamos crescendo e vamos indo bem na nossa rede e na nossa programação. Queria contar que lançamos um projeto da área da cultura aqui em São Paulo chamado Palco Plateia, e esse Palco Plateia está abrindo a possibilidade de todos os eventos de cultura da cidade de São Paulo e no estado de São Paulo, e de onde quiserem, poder utilizar a nossa mídia para divulgar essas peças, esses shows, esses espetáculos e nós pedimos em troca a possibilidade de gravações que serão exibidas quando essa peça, esse show, esse evento deixar de estar no teatro e nós

RECEBIDO
UNIVESP

Mr.

podermos usar na televisão com as adaptações que essa linguagem necessita. É um projeto que me parece inovador, e deve trazer algum proveito para a cultura em São Paulo e no Brasil. Quero também dizer, como já afirmou aqui o Doutor Fabio sobre o jornalismo, a gente tem tido bons resultados, nós temos inclusive, acabamos de divulgar esse anúncio da Cultura em primeiro lugar por quê? Porque os anunciantes anunciavam nos jornalismo das TV's por assinatura, e diziam que o nosso índice era muito baixo, e aí eu estou mostrando para eles que o nosso índice é dez vezes maior do que as emissoras de jornalismo de TV por assinatura, e com isso nós estamos trazendo novos anunciantes e novas receitas para a Fundação.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Só um parêntese, esses anúncios são pagos através de permuta.

JOSÉ ROBERTO MALUF - A h sim, nós estamos proibidos de gastar dinheiro em divulgação, não sei se os senhores sabem disso, nem cartão de visita pode fazer se for levar a sério, nem isso. Bom, quero também cumprimentar o Cleverson, ele é o culpado de nós termos agora um grande acordo firmado pelo Carlito e o Tondella com a Universidade Mackenzie, estamos lançando um programa com alunos da Universidade Mackenzie na nossa emissora de rádio Cultura Brasil, três horas no sábado e três horas no domingo, de música, informação e entretenimento feito com os alunos da Universidade Mackenzie. É uma inovação para baixar a idade média dos nossos ouvintes e da necessidade de falarmos para um público que a gente não vinha conversando. Então, eu quero agradecer ao Cleverson, queria agradecer a Universidade Mackenzie, o Carlito, o Tondella que propiciaram depois de longas discussões, o Mackenzie é difícil de conversar viu gente, mas chegamos lá. Quero dizer também que para a nossa alegria temos estado em quarto lugar de audiência na rede entre seis horas e meia e dez horas e meia por dia de programação, nós erámos o sétimo lugar quando chegamos aqui, passamos a Gazeta, a Rede TV e a Bandeirantes em seis a dez horas por dia, o que não é pouco. Então é uma alegria saber que a gente está subindo também. Quero contar também que após perdemos o Chico Caruso, nós fizemos um rodízio de cartunistas no Roda Viva durante esses meses todos, e agora nós fixamos o Luciano Veronezi, que passou desde a última segunda-feira a cuidar do cartoon do nosso programa, principal programa de jornalismo. Falando em educação que vocês estavam dizendo, nós estamos convidando o Professor Carlotti para que venha para o Roda Viva, não sei a data, 28/08, já está confirmado e também nós tínhamos convidado o Secretário da Educação, o Renato Feder para a última segunda-feira, mas ele não pode vir e pediu que deixasse para uma outra oportunidade, coisa que foi feita, e em razão disso trouxemos o Ministro Eduardo Braga que é o responsável pelo projeto de modificação tributária, o arcabouço fiscal, então ele veio na segunda-feira, muito gentilmente aceitou o nosso convite de última hora, nós o convidamos sexta-feira e ele regateou um pouco e falou: Não pode ser outro dia? Não, não pode, tem que ser segunda. Aí ele topou, o Ministro veio, fez o programa e foi muito bem, obrigado. Quero passar então a palavra ao Enéas, eu tenho aqui a programação, mas eu queria que você apresentasse e mostrasse o vídeo, por favor.

ENÉAS CARLOS PEREIRA - Bom, primeiramente em nome da Vice-presidência Executiva e da Diretoria de Programação quero cumprimentar todos os Conselheiros, especialmente os que estão chegando agora conosco, que seja uma gestão bacana aqui junto a nós. Antes de a gente falar exatamente da programação e muito em função dessas questões que a Luíza colocou agora, se eu não me engano na última ou na penúltima reunião de Conselho, nós comemoramos o fato de quintuplicarmos o número de horas produzidas pela TV Cultura diariamente. Quando quintuplicamos isso, com isso veio audiência, vieram os prêmios, concordo com o que o Presidente Fabio disse, a gente vem em uma ascendente em relação a isso e isso é feito por gente, pode parecer (1:29:12 - inaudível) isso o que eu vou dizer, mas não é sobre poder, é sobre-humano sabe, isso que a gente faz aqui é sobre-humano. Então, na realidade nós estamos solidários a isso e eles muito bem disseram, nós não somos uma empresa privada que no final do ano dá dividendos e divide entre os acionistas, não é isso, dinheiro se sobra aqui ou ele se converte em conteúdo ou ele volta para o Fundo Nacional de Cultura, então isso é importante pois nós estamos com os funcionários em relação a isso, e só para ilustrar essa ascendência da

TV Cultura, que o Presidente Maluf também já colocou aí nos números, eu fui surpreendido agora pela manhã com uma notícia que nem deu tempo de eu te falar ainda, segunda-feira eu fui jurado da semifinal do Emmy, representando a TV Cultura pelo Brasil, e hoje veio um convite formal para que a TV Cultura tenha um assento na Academia do Emmy, coisa que só tem a Globo e a Amazon aqui no Brasil, então nós fomos convidados e é um assento da TV Cultura permanente, a gente vai começar a conversar sobre isso agora. Eu acho importante pois isso reflete o respeito à forma de comunicação pública, porque é uma coisa dos Estados Unidos que é totalmente voltado para o mercado, para a indústria do entretenimento e enxerga em nós, na comunicação pública, na autonomia dela um fato importante, eu acho isso bacana, está bom? Este vídeo que eu vou mostrar agora para vocês ele é relativo aos meses de programas de junho e julho está bom, que não tivemos reuniões, e um pouco que está por vir agora a partir de agosto. É isso gente, obrigado.

BIBIA GREGORI - Vamos passar o vídeo. (Amostra vídeo). Matias gostaria de ter a palavra?

ANTÔNIO JACINTO MATIAS - Acho que para celebrar essas informações, a gente está cada vez mais orgulhoso desse progresso da emissora, eu achei particularmente inteligente essa ideia do Palco Plateia, acho que pode trazer uma grande contribuição de conteúdo, então o que eu vejo é muito esforço, muito talento e muitos resultados. Parabéns, a gente não podia deixar assim um registro muito enfático do que nós estamos assistindo. E juntando isso com a conversa anterior, acho que cada um e nós deve se sentir muito mais motivado para apoiar essa equipe, apoiar esse projeto, acho que ele merece, o Brasil merece, São Paulo merece muito que a gente devolva ou, enfim, que crie (1:36:27-corte no áudio) da emissora para que ela possa tirar maior proveito ainda desses talentos dessa equipe maravilhosa. Parabéns.

BIBIA GREGORI - Então podemos passar para o item relativo ao relato dos Comitês. Então eu começaria pelo Comitê Estratégico e Curadoria que o Augusto vai fazer o relato.

AUGUSTO RODRIGUES - Fizemos aí uma reunião no dia 2 de agosto, e o primeiro item foi esse item da programação, quer dizer, o Maluf e o Enéas fizeram essa apresentação para a gente, especialmente sobre o tema do esporte, homenagem ao Almino Afonso que foi muito interessante, o tema da Warner que nós estamos buscando dinheiro para fazer um clássico vintage, então tudo parece que está indo bem José Roberto.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Está indo bem, está tudo bem.

AUGUSTO RODRIGUES - Nós também conversamos muito, então a programação é um pouco do que foi falado aqui hoje agora pelo Enéas, e esse vídeo que ele trouxe agora para nós, e também nós discutimos o tema do Museu da Casa Brasileira, nós tínhamos ficado o mês de julho inteiro sem conversar, então foi muito bom porque o Fabio e o José Roberto trouxeram as coisas mais importantes para a gente, quer dizer, coisas que nós não estávamos ainda conhecendo, como é que estava funcionando a relação com a Secretaria da Cultura em relação ao tema, ao assunto do Museu da Casa Brasileira e o Solar Fabio Prado. Foi muito interessante porque chegamos a uma série de conclusões e nós vamos conversar também daqui a pouco. Terceiro, o tema da cisão com a Fundação Crespi Prado, também a gente conversou sobre isso, chegamos a algumas conclusões, quer dizer, foi uma reunião, foi a primeira reunião em agosto após as férias de julho que nós tivemos com a Diretoria Executiva, muita cobrança e mais ou menos o José Roberto disse como é que as coisas estavam avançando. Ficamos satisfeitos de tudo aquilo que nós vamos falar daqui a um pouquinho que ainda não falamos Fabio, em relação, por exemplo, a Crespi Prado, em relação ao Museu da Casa Brasileira e etc. Foi isso gente, uma reunião interessante, muito forte porque foi a primeira reunião de agosto que nós fizemos com a Diretoria Executiva, muita cobrança a eles. Também discutimos, o José Roberto falou e o Carlito também falou um pouco sobre um incêndio que havia acontecido lá no ..., eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso também. Ficamos muito preocupados viu Carlito com o que aconteceu, embora você tenha nos tranquilizado e dito que não foi uma coisa tão complicada, mas podia ter sido complicado sim, podia ter tido um incêndio nos nossos acervos. Então eu acho que nós vamos ter que falar um pouquinho sobre isso, o Fabio se preocupou muito, o Carlos também, quer dizer, nós Conselheiros ficamos muito preocupados com essas

RENOTADO
12/08/2018

ny

questões que aconteceram aqui e que não tiveram grandes consequências, mas poderia ter grandes consequências sim, ok? É um pouco disso. Muito obrigado gente.

BIBIA GREGORI - Obrigado. Carlito, você gostaria de se expressar?

CARLITO CAMARGO- Eu queria deixar claro, quer dizer, o que aconteceu. Nós estamos fazendo um teste no sistema de ar-condicionado do CEDOC. O sistema de ar-condicionado do CEDOC sempre teve uma grave dificuldade em não ter a mensuração da umidade relativa do ar. Quando você guarda um acervo, a umidade relativa do ar é um assunto muito importante. Então são nove novos dutos e em cada um desses dutos tem uma resistência para fazer essa medição e inteligentemente falar com a máquina. O que aconteceu é que na hora desse teste e de novo, um passo antes, esses dutos são feitos de um material novo chamado MPU, o MPU derrete e não pega fogo, foi exatamente o que aconteceu na Cinemateca, como o duto era antigo, quando você ligou a máquina, a máquina jogou o fogo, a labareda e incendiou o resto. Esse material que a gente escolheu é um material chamado de MPU ele derrete e não passa fogo para frente. Então o que aconteceu? A resistência estava ligada erradamente porque ela só liga com a máquina de ar-condicionado ligando, e um alimenta o outro, e um fala com o outro, a resistência ficou ligada e ela começou a derreter o MPU que é feito em partes, ele nunca é uma peça continua exatamente para evitar esse problema. Erroneamente ligou-se a máquina de ar-condicionado e aí a fumaça tóxica literalmente voltou, e isso a colocou dentro de toda a parte do CEDOC, então a gente teve que desativar o CEDOC, desativou uma parte da produção também porque era tóxico, seis pessoas tiveram atendimento médico e as seis pessoas foram liberadas. Aproveitando o que o Augusto falou, há males que vem para o bem, então a gente testou o equipamento de MPU, realmente é muito melhor com relação ao equipamento antigo de dutos de metal, então infelizmente a gente fez um teste ao vivo e em cores e deu certo, mas é um alerta que precisamos ter sim. O problema é o erro humano não ter visto que a resistência estava ligada e que ela só pode ser ligada com o ar-condicionado, era exatamente essa a fase de testes, faltava um relê, uma leitura da resistência junto ao ar-condicionado.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Mas de qualquer maneira houve um erro humano.

CARLITO CAMARGO - Houve um erro humano sim.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Esse erro humano não deve acontecer mais, mas ainda bem que foi no teste, quer dizer, não estava funcionando o equipamento ainda, foi ligado, desligado, erroneamente desligado, e aí deu o problema, foi isso.

AUGUSTO RODRIGUES- Então, nós pedimos um relatório e você encaminhou o relatório?

CARLITO (CAMARGO)- Já encaminhei.

BIBIA GREGORI - Foi distribuído já?

CARLITO CAMARGO - Já está encaminhado, foi encaminhado no mesmo dia conforme vocês pediram, aí se vocês quiserem passar para o resto do Conselho, fiquem à vontade.

BIBIA GREGORI - Ok, então isso vai ser encaminhado para o restante. O Conselho não recebeu esse relatório, então ele vai ser encaminhado para o Conselho.

CARLITO CAMARGO - Eu encaminhei pelo e-mail para o Fabio, para o Carlos, Augusto e a Dona Miriam também. Não, a senhora não está? Então eu vou copiar a senhora hoje.

BIBIA GREGORI - Então a gente já encaminha para os Conselheiros esse relatório. Agora eu vou passar então ao relato do Comitê Jurídico. Rea, por favor.

GIOVANNI REA - Senhor Presidente, senhores Conselheiros, membros da Diretoria Executiva, procurarei ser breve, mas os assuntos são um tanto quanto alongados. Em reunião do Comitê Jurídico realizado em 2 de agosto, foram tratados assuntos de relevância para a Fundação que passo a destacar. Então, o número 1, foi um pedido feito pela Diretoria Executiva a fim de analisar uma proposta de alteração do Regimento Interno da Fundação, tem o texto para que peço para que coloquem na tela para que todos possam acompanhar, por favor. Bom, enfim, essa proposta de alteração ela visa atender exigências do Tribunal de Contas do Estado referente ao exame da prestação anual de contas quanto aos pré-requisitos de habilitação ao exercício de cargo da Diretoria Executiva. Dessa forma, propõe-se a inclusão de um quinto parágrafo no artigo 25 do Regimento Interno da Fundação. Pode passar, por favor. Hoje a redação do artigo

25 é essa. Então, ele tem..., essa é a redação (1:45:33 - inaudível), parágrafo primeiro, pode passar, parágrafo segundo e terceiro, quarto, então propõe-se a inclusão do quinto parágrafo.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Você poderia voltar para entender como é hoje e o que vocês estão propondo.

GIOVANNI REA - Não, o que é hoje ele permanece, inclui-se um quinto parágrafo apenas, já tem o parágrafo primeiro, segundo, terceiro e quarto, se incluiria um quinto parágrafo. Então o quinto parágrafo diz o seguinte: A escolha e a aprovação dos integrantes da Diretoria Executiva observará as formalidades estabelecidas pelo Estatuto Social e por esse Regimento Interno, constituindo-se em pré-requisitos para habilitação ao exercício do cargo possuir: Nacionalidade brasileira; Comprovada idoneidade; Experiência anterior para as atividades a serem desenvolvidas e Formação técnica específica. Essa é uma questão que foi levantada pelo Tribunal de Contas, e é uma formalidade para aqueles que são empossados no cargo de Diretor Estatutário atendam a essas exigências. Então para não prejudicar a análise das contas, o Comitê recomenda a aprovação desta alteração e estaremos então em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas. Cumpri-me salientar o seguinte, que de acordo com a alínea A, inciso 2, artigo 14 do Estatuto Social, o quórum necessário para a alteração do Regimento Interno é de metade mais um do plenário do Conselho. Dado que a reunião de hoje foi instalada com 24 membros, nós em tese atendemos esse quórum, desde que seja aprovado por unanimidade esta alteração. Então eu peço para que o Presidente coloque em votação se está aprovado a alteração do Regimento Interno.

PRESIDENTE {Fabio Magalhães} - Precisa quórum de maioria.

GIOVANNI REA - Maioria absoluta, metade mais um.

BIBIA GREGORI - Então vamos pôr em votação. Então estamos colocando em votação?

GIOVANNI REA-Sim.

BIBIA GREGORI - Quem é contrário se manifeste, quem não é contrário que permaneça calado. (Sem manifestações). Aprovado.

GIOVANNI REA - Ok, vou passar para o item dois.

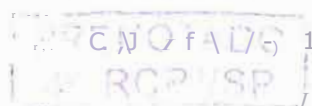
PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Quero só informar os Conselheiros que nós temos presença suficiente para aprovar isso.

GIOVANNI REA - Sim, foi instalada a reunião de hoje com 24 membros, portanto, se aprovado por unanimidade atende o comando estatutário. Em segundo plano nós discutimos na nossa reunião do Comitê Jurídico, nos foi dado atualizações pela Diretoria Executiva de alguns pontos que já estamos acompanhando há algum tempo. O Doutor Kawano nos atualizou sobre a posição das ações rescisórias e anulatórias no espectro trabalhista, e que segundo nos informou permanece no mesmo estágio desde a última reunião, inclusive a dos funcionários. Não é isso Doutor Kawano?

EDSON KAWANO - Sim.

GIOVANNI REA - Perfeito, nos foi atualizado o processo de ação de Tutela Antecipada antecedente, movida pelo Ministério Público do Estado, foi informado que o processo estava aguardando prolação de decisão judicial acerca do pedido formulado pelo CONPRESP para a dilação de prazo, ao passo que o Ministério Público requereu sobre o (1:49:22 - inaudível) do feito pelo prazo de 120 dias, mesmo prazo requerido pelo CONPRESP. O juízo através de uma decisão prolatada em 07/07 suspendeu o prazo para que o MP adite a inicial condicionando a deliberação quanto ao pleito do CONPRESP. No entanto, a Diretoria Jurídica firmou entendimento que o juízo não poderia suspender o prazo para que o MP possa aditar a inicial. Eu saliento que é assim, é uma tese que parcialmente eu não concordo, pois cuida-se de prazo peremptório. Para tanto, foi interposto um novo agravo de instrumento objetivando a derrubada da decisão de suspender o prazo pelo MP, cujo o pedido de tal recursai foi negado pelo relator. Nos atualizou também a Diretoria Jurídica sobre o agravo de instrumento que anteriormente foi interposto contra a liminar que manteve o funcionamento do Museu da Casa Brasileira no Solar Fabio Prado. Os autos encontram-se conclusos com o relator do agravo, tendo sido apresentado contraminuta pelo Ministério Público que rechaçou toda a tese recursai. Nos

ny



1,

foi atualizado, a pedido do Comitê, o andamento do processo de tombamento no CONPRES P. O relato foi feito pelo senhor Jorge Damião, que nos informou que o processo encontra-se com o Presidente do órgão, pois a área técnica exarou parecer favorável ao tombamento nos termos do quanto requerido pela APIT. A APIT é a Associação que subsidiou o Ministério Público com a ação que deu origem a suspensão da ruptura do convênio entre a Fundação Padre Anchieta e a Secretaria da Cultura. Foi indagado pelo Comitê sobre a tramitação de todo o procedimento, pois na hipótese do Presidente do CONPRES P rejeitar liminarmente o parecer, haverá possibilidade de recurso, inclusive pela Fundação Padre Anchieta para impugnar o parecer técnico. Essa é uma questão que o Conselho vem acompanhando e nós temos uma situação muito delicada, porque temos um pedido de tombamento e a afetação do acervo do Museu da Casa Brasileira, o equipamento Museu como (1:51:01- inaudível) vinculado ao imóvel com seu respectivo tombamento, e o órgão técnico interno do CONPRES P deu um parecer favorável para o acatamento dos três pedidos, o que complica muito a situação do Solar e da Fundação como um todo. Nos foi atualizado a posição sobre a contingência referente ao 155, são execuções fiscais movida pela Prefeitura, e que se encontram na fase de execução carecendo de manifestação da Prefeitura, se aceita ou não os bens oferecidos à penhora, de modo que passa a correr o prazo para que a Fundação possa opor embargos à execução. De outro lado está em curso junto a Prefeitura, para que esta encaminhe para a Câmara Municipal um Projeto de Lei, que torne instituições públicas isentas da cobrança do ISS. Isso contemplaria não só a Fundação Padre Anchieta como outras instituições. Por último, nos atualizou a Diretoria Jurídica sobre a posição da desapropriação do terreno do Parque Novo Mundo, que foi afetado por um decreto que foi assinado pelo governador anterior Rodrigo Garcia, que afeta o terreno de propriedade da Fundação Padre Anchieta para a expansão da linha 2, verde do Metrô. Nos foi relatado também pelo Doutor Kawano que foi encaminhado um pleito junto ao Presidente do Metrô, com uma proposta de que a desapropriação se faça de forma amigável. Ocorre que o Presidente do Metrô manifestou que não tinha conhecimento do decreto. Então, isso inviabiliza de certa forma uma desapropriação amigável, porque veja, a extensão da linha 2 do Metrô, ela compromete muitos imóveis, não só o imóvel da Fundação, então pelo mesmo princípio da desapropriação que se deu pelo decreto, não poderia somente um imóvel se fazer de forma amigável!, teriam que todos comparecer a mesa. Isso complicaria um pouco a situação do pleito de fazer amigavelmente a desapropriação. Foram essas atualizações trazidas pela Diretoria Jurídica. Debateu-se na reunião do Comitê sobre a situação jurídica do Solar Fabio Prado em razão justamente da judicialização do Museu da Casa Brasileira. Ato contínuo, o Comitê enfatizou que a Diretoria Executiva deve promover o destaque contábil do Solar Fabio Prado conforme determina o Estatuto Social. De todo modo, eu faço um recorte aqui que parece que há uma proposta de ..., não sei se o Presidente me permite, de colocar a abertura de filial com CNPJ próprio do Solar. Então há uma proposta da Diretoria de que seja colocado em debate hoje, em votação, a abertura de uma filial vinculada ao Solar Fabio Prado. Eu tenho um questionamento sobre isso, primeiro que essa questão não foi debatida nos Comitês, e uma dúvida que me restou foi a seguinte, esse CNPJ ele será uma filial do CNPJ da Fundação ou um CNPJ independente vinculado ao Solar?

JOSÉ ROBERTO MALUF - Posso responder. Nós não temos nenhum interesse em abrir essa filial, só estamos abrindo essa filial e pedindo autorização para o Conselho para ter um CNPJ vinculado ao nosso ..., diferente, mas vinculado ao nosso por um pedido para a regularização do imóvel, só por isso. É uma exigência de Prefeitura, bombeiros e etc., só por isso. Para nós não fará a menor diferença.

GIOVANNI REA - Então, eu aproveito a oportunidade, já que passaremos a deliberar sobre a autorização, se abrir um CNPJ filial no Solar Fabio Prado, há a necessidade e não é uma necessidade dos Comitês e nem do Conselho, mas é um comando estatutário de que se faça um destaque contábil do Solar que é o único patrimônio hoje, é o único bem que compõe o Patrimônio Reservado.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Mas isso já tem, o destaque para o Solar já existe, é só mantê-lo.

GIOVANNI REA - Não Presidente, é um destaque contábil em apartado. Já que abriremos um CNPJ...

JOSÉ ROBERTO MALUF - Nós já temos o destaque nas nossas contas para o Solar Fabio Prado.

GIOVANNI REA- Bom, o que eu sugiro é o seguinte, autorizado a abertura do CNPJ, quando da prestação de contas de 2023 e 2024, que se faça o destaque na forma como comanda o Estatuto. Então já que eu adiantei-me em colocar em pauta a questão do CNPJ, podemos colocar em votação Presidente?

JOSÉ ROBERTO MALUF - Não, eu quero que o Paulo faça uma observação, por favor, para dar um esclarecimento que é importante.

PAULO RAMOS - Bom dia a todos. Com relação a individualidade dos registros, eles acontecem hoje, são classificados por contas contábeis individuais. A criação desse CNPJ serve unicamente para regularização do imóvel, para efeitos de alvará de funcionamento, é um requerimento administrativo da Prefeitura. Isso na verdade é um CNPJ pertencente ao CNPJ da matriz que muda apenas os três últimos dígitos, ou seja, toda a contabilização, todos os registros contábeis, eles são unificados aos registros do CNPJ principal como já é realizado hoje. Obrigado.

BIBIA GREGORI - Maria Hermínia, por favor.

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA - Antes de votar em qualquer coisa eu quero entender o que eu estou votando. Eu não sei se as outras pessoas entenderam, mas o Comitê trabalhou bastante, trouxe um conjunto de assuntos para a discussão, e eu acho que eu gostaria de um esclarecimento maior, o que está acontecendo com a Fundação Crespi Prado, o passado eu sei, mas nesse momento em que situação a gente está, se teve recurso ou não e etc., eu terminei me perdendo nesse relato que foi feito aqui. E em segundo lugar entender um pouco esta coisa do CNPJ, qual é a relação disso com a questão mais geral da Fundação Crespi Prado. Eu acho que a gente ..., talvez no futuro, por temas assim mais complicados, fosse importante que a gente recebesse a documentação antes para entender um pouco.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Maria Hermínia, tenho pedido que encaminhem a todos os Conselheiros as pautas e mais do que isso, todo o material relativo aos Comitês, ou seja, terminada a reunião dos Comitês é feito uma Ata e essa Ata aprovada dentro do Comitê, nós encaminhamos imediatamente para os Conselheiros. Esses temas vêm sendo tratados há tempos aqui, mas realmente precisa dar esclarecimento para os novos Conselheiros que estão chegando. Eu concordo com o relator Giovanni em questão da minha preocupação de como se desenrola o problema do Museu da Casa Brasileira, estou realmente preocupado e vejo que não tem trazido boas notícias para a Fundação até agora, então eu acho que o relato dele explica bem, quer dizer, os nossos pleitos foram indeferidos tanto no âmbito da justiça como no âmbito interno, por enquanto interno, do CONPRESP, o que é muito preocupante, e uma derrota nossa nesse pleito cria um grande prejuízo futuro para a administração do Solar Fabio Prado pela Fundação Padre Anchieta. Então essa é uma questão que o Comitê tem estado atento, a Diretoria Executiva também, e nós estamos tratando constantemente esses assuntos e vamos mantendo vocês, Conselheiros, informados sobre isso. Na questão do CNPJ, eu ia colocar mais para frente na reunião, e vejo que é uma exigência que nós estamos atendendo, quer dizer, no fundo é uma formalidade de atendimento, e sou favorável a que atendamos isso, ela não cria nenhum tipo de prejuízo, ela acrescenta, ela não diminui, e acho até um caminho, digamos assim, até já tem estado assim por ter uma contabilidade própria em relação ao Solar Fabio Prado. Depois eu te dou a palavra Carlos, mas eu tendo participado de reuniões de Comitês e etc., eu voto favoravelmente, encaminho favoravelmente a esse pleito, não vejo maiores problemas nele e vejo problemas em não o aprovar, porque nós não estamos cumprindo com a necessidade legislativa do Município, é isso?

JOSÉ ROBERTO MALUF - É isso.

PRENOTADO
21/05/2024

Handwritten signature

Handwritten signature

PRESIDENTE (Fabio Magalhães)- Então eu encaminharia favoravelmente aí no caso ao contrário do Conselheiro Giovanni.

GIOVANNI REA - Não, eu sou favorável.

BIBIA GREGORI - Carlos, por favor.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES - Eu acho que é importante tentar esclarecer o que a Conselheira Maria Hermínia solicitou. O relato do Comitê Jurídico acho que deixou claro que essa questão é uma questão nova, que não foi debatida no âmbito do próprio Comitê em reuniões anteriores, mas eu também entendo como uma decisão que precisa ser deliberada nessa instância, mas que é puramente administrativa, não tem nenhum impacto e nenhuma relação com a questão que o Presidente Fabio Magalhães também destacou, que é a preocupação jurídica em relação a manutenção das atividades do Museu da Casa Brasileira no Solar Fabio Prado, quer dizer, a Fundação Crespi Prado não tem nenhuma relação com isso, a não ser que uma parte do seu acervo está sobre os cuidados do Museu da Casa Brasileira, só para aumentar o problema, mas são questões distintas. Eu só ..., desculpe Presidente eu discordar frontalmente da sua colocação, não existe o destaque contábil que o nosso Estatuto determina que se faça em relação ao Patrimônio Reservado, o Comitê de Controles trabalhou intensamente, vai fazer parte do meu relato, no acompanhamento, na elaboração do relatório das atividades do exercício de 2022 e nas demonstrações financeiras desse exercício, e é uma das questões que a gente tem colocado, quer dizer, que precisa ter esse destaque contábil nas contas da Fundação Padre Anchieta, mas não é vinculada a questão do CNPJ que eu sou favorável. E a outra questão que eu acho que está ligado a isso, é que o Conselho..., não sei se vai ser objeto de algum informe do Presidente Maluf hoje, não sabe o que vai ser feito mesmo durante esse período, que a gente tem uma obrigação a ser cumprida porque é uma determinação judicial a manutenção do Museu no Solar, então eu acho que isso para o Conselho é uma informação relevante, foi aqui manifestado expressamente que o Conselho gostaria de tomar conhecimento dessas atividades e até hoje não tive.

BIBIA GREGORI - Neca, por favor.

MARIA ALICE SETÚBAL- Eu ..., seguindo, a minha preocupação é igual quando a Maria Hermínia levantou a mão eu também levantei, porque eu acho que como o tema é um tema delicado, e eu até posso entender pela conversa que se seguiu, que a questão da votação do CNPJ pode ser uma coisa meramente administrativa. Eu também fiquei um pouco assustada e pensei: Bom, a gente vai votar? É um tema delicado, eu não estou entendendo exatamente o que eu vou votar, eu queria saber mais. Foi exatamente a colocação da Maria Hermínia, e também eu acho que como tema, o meu reforço então agora vem depois de várias falas, e como é um tema delicado, a minha sugestão é que toda vez que esse tema do Solar Fabio Prado venha para o Conselho, ele venha com mais cuidado porque ele é controverso, ele tem vários lados, então assim, que a gente talvez possa receber material antes, mas ele venha destacado porque mesmo internamente no Conselho, vemos que não tem uma unanimidade nos encaminhamentos. Então essa é um pouco a minha sugestão.

BIBIA GREGORI - Muito obrigada. Augusto.

AUGUSTO RODRIGUES - Gente, isso é normal, quer dizer, na verdade no final da reunião do Comitê Estratégico da semana passada, e no final da reunião do Comitê Jurídico, cujo o relator foi o Rea, nós tivemos um conflito entre a Diretoria Executiva e o Conselho, o Conselho não pode concordar com tudo o que a Diretoria Executiva faz, pelo amor de Deus, só faltava. Então esse conflito foi feito em relação a esse tema que o Fabio acabou colocando aí, o Patrimônio Reservado versus o Patrimônio Geral. O Diretor Administrativo que está aqui agora defendeu que nós pudéssemos usar o Patrimônio Geral, e o Rea e o Carlos Magalhães basicamente no Comitê Jurídico, defenderam a ideia de que precisávamos levar em conta o Patrimônio

Reservado que o Rea estaria defendendo uma posição defendida lá atrás pelo Gabriel, tudo a ver. Quer dizer, eu acho que aí Fabio não temos o que fazer, temos que avançar nessa área, você foi muito..., já falou isso já, mas defender uma posição do Carlos Magalhães e do Rea sobre o Patrimônio Reservado, não há o que fazer ai gente, desculpem, mas eu não faço outra coisa lá no Rio, enfim, ver posições diferentes da Diretoria Executiva e fazer uma reunião na segunda-feira sobre isso.

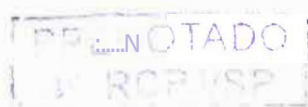
JOSÉ ROBERTO MALUF - Não, nós não falamos isso não, não houve esse tipo de discussão, você está trazendo agora, não houve não. Mas, enfim, de qualquer forma o Patrimônio Reservado existe, ele vai continuar existindo, a única diferença entre a posição da Diretoria Executiva com a do Conselho, é que o Carlos Magalhães insiste em que as receitas do Patrimônio Reservado têm que estar em um fundo, e eu digo que não, que isso é um Patrimônio Reservado, não pode ser vendido, a Diretoria Executiva não pode penhorar, não pode dar em garantia, não pode vender para ninguém, mas a receita do Patrimônio Reservado é um patrimônio geral da Fundação e é do comando geral da Fundação. Se precisar de dinheiro para o Patrimônio Reservado a Fundação destinará dinheiro como faz, por exemplo com o CEDOC, que também foi decidido que é um patrimônio reservado, todo o dinheiro que o CEDOC necessitar, nós providenciamos aqui pela Fundação, além do que a Conselheira Bia Bracher já nos aportou, além do que a Fundação Itaú já adquiriu de material com antecipação e nós gostaríamos de continuar operando desta forma.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Olha, por uma questão de ordem eu vou interromper esse assunto e vou pautá-lo na próxima reunião do Conselho Curador, vou levantar todas as informações para que os Conselheiros possam opinar, e também em relação a isso, eu vou transferir, pois está na pauta de hoje, a apresentação das demonstrações financeiras, colocar para a próxima reunião também, para que possam os novos Conselheiros participarem da discussão, estarem informados sobre isso, e já avisei a Price que esteve aqui presente hoje de manhã, que nós íamos fazer essa mudança de data da apresentação, e assim os novos Conselheiros teriam maior oportunidade de falar sobre elas.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Presidente, todavia, peço que coloque em votação, se é que já não está entendido que o CNPJ da filial para o Solar, esteja ligado ao CNPJ da Fundação.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Eu encaminho a favor e quero ver se alguém encaminha contra. (Sem manifestações). Então, está aprovado.

GIOVANNI REA - Eu vou finalizar o relato do Comitê. Ainda dentro do assunto do Museu, o Comitê indagou a Diretoria Executiva sobre o processo de prestação de contas com convênio referente ao semestre de 2022, ambos os semestres. Nos foi relatado pela Diretoria, no entanto que a prestação de contas referente ao segundo semestre de 2022 foi reprovada pela Secretaria da Cultura. A discussão sobre as contas encaminhadas para análise do parecer que reprovou as contas, foi indagada pelo Comitê à Diretoria que justificou no sentido de que a reprovação das contas não estava devidamente fundamentada, pois todas as exigências foram atendidas. De toda a sorte, o parecer indica em alguns de seus trechos, ausência de envio de documentos essenciais para a análise de prestação de contas. Novamente a Diretoria justificou que os documentos foram devidamente entregues por um sistema chamado WeTransfer, fora do sistema SEI, sistema homologado pelo Governo do Estado de São Paulo. A Diretoria informou que contratou o escritório do Doutor Cesnik para interpor recurso junto a Secretaria da Cultura quanto a reprovação das contas. O Comitê solicitou reunião com os advogados do escritório contratado que foi realizado no dia 4/8, última sexta-feira com a participação da Doutora Kátia Catalano, que gentilmente informou sobre a condução dos trabalhos, mas que até o presente momento não lhe fora dado o acesso da íntegra da prestação de contas por parte da Secretaria da Cultura. Por sugestão dos membros do Comitê, restou acordado com a Diretoria Executiva



que até o deslinde (2:12:45 - inaudível) junto a Secretaria da Cultura, deveria ser provisionado a integralidade do valor reprovado na prestação de contas, de modo que em eventual apreciação das contas do exercício de 2022 da Fundação Padre Anchieta, este tema não prejudique a sua análise e aprovação por este Conselho. Foi discutido também por iniciativa do Comitê, uma proposta de alteração do auditor independente que carece de melhor análise em conjunto com a Diretoria Executiva. Foram esses os pontos debatidos e discutidos no Comitê na nossa última reunião no dia 02/08.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Quero tranquilizar ao senhor e aos Conselheiros, que solicitei a administração provisionar sete milhões de reais para prevenir qualquer problema que eventualmente haja em relação a Secretaria da Cultura.

BIBIA GREGORI - Ok, finalizado o relato?

GIOVANNI REA - Sim.

BIBIA GREGORI - Então vamos passar para o relato dos Controles Internos. Carlos Magalhães.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES - Bom, o meu relato é muito breve. Na verdade, nesse período o nosso trabalho foi focado em acompanhar o processo de elaboração do relatório de atividades desenvolvida pela Fundação em 2022; e as respectivas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12. Eu acho que tivemos um avanço significativo em relação ao processo de análise e prestação de contas do exercício de 21, tivemos algumas frustrações, quer dizer, o nosso cronograma acabou não podendo ser cumprido, como já havia sido informado em outras ocasiões aqui no Conselho, a gente pretendia trazer ao Conselho todo o trabalho e o parecer dos auditores independentes para a apreciação no primeiro quadrimestre do ano, é uma ..., enfim, também como chama o Doutor Giovanni, é um comando estatutário, não foi possível, mas eu acho que tivemos avanços significativos, ainda podemos..., enfim, melhorar, aprimorar esse fluxo de informações e de documentos, acho que é necessário. Eu queria dizer que o apoio do Presidente Fabio Magalhães foi fundamental para esse trabalho, e a gente contou com a competência e dedicação do Doutor Giovanni também neste Comitê. Como a apreciação pelo Conselho se dará na próxima reunião, eu quero dizer a todos os Conselheiros que estou à disposição nesse período para qualquer esclarecimento, os senhores receberam um material produzido, o relatório de atividades da Instituição como um todo, que teve a coordenação do Enéas, acho que está em um modelo que não era o que vinha sendo apresentado anteriormente, acho que é um ganho, acho que é um ganho termos um documento, que após a sua apreciação pelo Conselho, possa ser utilizado em outras frentes de trabalho na Instituição, porque de fato ele demonstra uma pujança, tudo o que se disse aqui hoje, acho que está expresso no trabalho desenvolvido em 2022, então eu fiquei especialmente satisfeito em a Fundação apresentar um modelo que dialoga com setores mais amplos da sociedade, e não apenas com o Conselho com questões mais áridas, técnicas. Então era esse o relato dos nossos trabalhos.

BIBIA GREGORI - Findo o relato, eu só vou fazer aqui uma sugestão sintética para que na próxima reunião, já que a gente vai fazer a discussão sobre o Solar, e também sobre o problema relativo ao Museu da Casa Brasileira e talvez a Fundação Crespi Prado, que seja feito um resumo, uma síntese desses tópicos, mas talvez se pudesse ser..., ter uma tradução menos jurídica digamos, mais palatável ao olhar leigo, seria interessante porque boa parte dos Conselheiros ;iquei não dominam a linguagem. Então se puder vir desta forma, foi uma sugestão da Conselheira Bia Bracher aqui que me fez, e eu acho ela bem-vinda, e isso ser enviado como material anterior a possibilidade da nossa discussão no próximo Conselho. É possível?

PRESIDENTE {Fabio Magalhães} - É possível sim. Muito bom.

GIOVANNI REA - Sim. Eu posso viabilizar esse mesmo material que eu produzi para hoje com uma tradução menos jurídiques.

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA - Se tivesse por escrito, já facilitaria a leitura mesmo com juridiquês, porque eu acho que a gente consegue entender lendo.

BIBIA GREGORI - E falar um pouco da história também é interessante, sobretudo, para os novos Conselheiros.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Eu quero também aproveitar para cumprimentar o trabalho realizado nos Comitês, os Comitês se reúnem bimensalmente, quer dizer, a cada dois meses, e eu queria convidar os novos Conselheiros para participar dos Comitês. Por exemplo, Lígia, você poderia participar do Comitê Estratégico que é onde se discute conteúdos aqui e etc., acho que o André poderia participar do Comitê de Controles Internos, eu acho que a Professora Eunice poderia participar do Comitê Jurídico, e acho que tanto o Aldo, quanto o Bucci, poderiam também participar no Comitê Estratégico que lida com programação, com conteúdo e etc. Então eles se reúnem bimensalmente, a Miriam vai passar para vocês as datas das reuniões e colocar vocês em contato sobre isso.

ALDO VALENTIM - Algum prejuízo de eu estar em dois?

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Não, nenhum prejuízo, pode estar.

ALDO VALENTIM - Porque o de conteúdo me interessa bastante também.

BIBIA GREGORI - Acho que a Bia Bracher queria fazer..., você quer fazer algum comentário Bia?

BEATRIZ BRACHER - Não, quer dizer, eu queria, mas já foi feito, que é ter um apanhado sobre o que aconteceu com o Solar, a relação Solar Fabio Prado e Secretaria da Cultura, mas alguém já falou isso.

BIBIA GREGORI - Ok. Alguém tem mais algum comentário? (Sem manifestações). Então podemos fazer uma finalização?

JOSÉ ROBERTO MALUF - Espera aí, eu só quero dar uma informação que o RH está me mandando nesse momento, que o decreto não inclui as Fundações da Administração Indireta no 6%. Portanto, continuamos em aberto, ok? Obrigado.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - O Carlito tinha pedido para que o tirasse da pauta a questão do CEDOC para ele poder fazer uma apresentação...

CARLITO CAMARGO - Sim, até porque a gente quer apresentar um relatório parrudo, digamos assim, e acho que demanda dos Conselheiros receberem antes também para tirarem dúvidas, e aí a gente faz um relato curto em setembro, aquela apresentação de como nós estávamos e como nós ficamos, mas o relatório é grande.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Deixa eu só completar a informação que eu acabei de dar, a Lei Complementar 1388/2023, definiu um percentual de 6% de reajuste retroativo a primeiro de junho para as Secretarias e Autarquias Estaduais além da PGE e Controladoria Geral. Aparentemente, apesar de fazermos parte da Secretaria da Cultura, aparentemente não estamos enquadrados. Obrigado.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - É uma péssima notícia. Luíza, você quer falar?

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Não, depois acho que conversamos para começar essa troca de e-mails, para elaborar então esse documento para encaminhar junto ao Governo do Estado.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Eu gostaria de participar senhor Presidente, por favor.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Muito bem.

AUGUSTO RODRIGUES - Gente, no Comitê Estratégico nós precisamos..., Maria Hermínia, você precisa participar, entendeu? Esse Comitê Estratégico tem a ver com o seguinte, como é que está sendo a programação agora, nós temos que ajudar aqui o Enéas, o José Roberto, então Maria Hermínia, Neca Setúbal, Eugênio Bucci que está entrando agora, você meu caro tem que entrar, o pessoal do Mackenzie talvez, quer dizer, vamos fortalecer o Comitê Estratégico, e aí nós vamos fazer uma avaliação da estratégia da Fundação Padre Anchieta e das suas emissoras.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Vale esse apelo para todos os Conselheiros, e vamos tratar então da questão do Patrimônio Reservado na próxima reunião de apresentação das demonstrações financeiras e vamos..., Carlos.

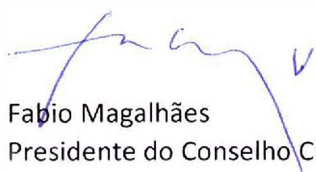
CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES - Eu só queria complementar Presidente...

PRESIDENTE (Fabio Magalhães)- Espera aí, Luiza a reunião está em pauta.

LUÍZA ROMERO DE MORAES - Desculpe, eu achei que já tinha encerrado.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES - Eu só queria complementar que a gente está combinando que vai apreciar as contas na próxima reunião, portanto, votar. Então vai ter a apresentação, mas eu acho que seria muito importante que dúvidas fossem esclarecidas nesse período, entre esta reunião e a próxima para todos se sentirem absolutamente preparados para exercerem a sua obrigação de decidir, está bom?

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) - Muito bem, a reunião está encerrada e agradeço a todos.



Fabio Magalhães
Presidente do Conselho Curador



Mar; arn em 1 n, :: ; / ; r { f i i
Secretaria da Mesa do c, " ho Curador

L •


CULTURA

EXTRATO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA NOVE DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, realizou-se a Reunião Extraordinária e Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, Presencial e por Videoconferência, plataforma Zoom. O áudio da reunião foi devidamente gravado. Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. Participaram, os seguintes conselheiros: **ALDO VALENTIM, ANDRÉ LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS, ANTÔNIO JACINTO MATIAS, AUGUSTO RODRIGUES, BEATRIZ BRACHER, CARLOS WENDEL MAGALHÃES, CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** (Repres. do Reitor Mackenzie - Professor Marco Tullio Vasconcelos), **EDUARDO CARNEIRO WALMSLEY** (Repres. Secretário da Fazenda, Dr. Samuel Kinoshita), **EUGÊNIO BUCCI, EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, FABIO MAGALHÃES, GAUDÊNCIO TORQUATO, GERALDO CARBONE, GIOVANNI REA, GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA, JOSÉ LUIZ DA COSTA** (Repres. Reitor da UNICAMP-Antonio José de Almeida Meirelles), **JOSÉ RENATO NALINI, JOÃO RODARTE, LÍGIA CORTEZ, LUIGI NESSE, LUÍZA MORAES, LUIZA HELENA TRAJANO, MARCELO HENRIQUE DE ASSIS** - (Repres. da Secretária de Estado da Cultura - Marília Marton), **MARIA ALICE SETÚBAL, MARIA FILOMENA GREGORI, MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, MARCOS MENDONÇA, MILTON FLAVIO LAUTENSCHLAGER** (Repres. do Presidente da FAPESP - Professor Doutor Marco Antônio Zaggo), **RENATA MACHADO TUPINAMBÁ, SÉRGIO AKIO KOBAYASHI, VINÍCIUS MENDONÇA** (Repres. Secretário de Estado da Educação - Renato Feder). Conselheiros que justificaram ausência: **ALINE TORRES, CARLOS GILBERTO CARLOTTI JR, CELSO NISKIER, FERNANDO PADULA NOVAES, LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS, MARIA AMÁLIA PIE ABIB ANDERY, PASQUAL BARRETI, RENATO JANINE RIBEIRO, RICARDO RAMOS FILHO, ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA, ROQUE THEOFILO JÚNIOR, TAYNÁ WINE, VIVIANE FERREIRA DA CRUZ.**

Convidados: **Carlito Camargo, Edson Kawano, Enéas Carlos Pereira, José Roberto Maluf, Márcio Montagner, Paulo Ramos.**

-ABERTURA

O Presidente Fabio Magalhães comentou sobre a programação, com destaque ao jornalismo, elogiou a abordagem da TV em temas como subvenção das universidades públicas, violência no futebol, inteligência artificial e violência policial, sendo acompanhado por manifestações dos Conselheiros.

- SAUDAÇÕES AOS NOVOS CONSELHEIROS

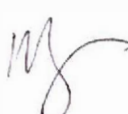

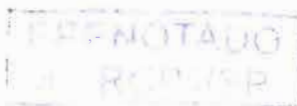
O Presidente Fabio Magalhães saudou os novos integrantes do Conselho, sendo acompanhado pelos Conselheiros nas felicitações.

- APROVADA A ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.

- REGULAMENTO DE COMPRAS DA FUNDAÇÃO

Foi aprovada a alteração do Regulamento de Compras da Fundação, sendo realizado anteriormente ad referendum, existindo quórum para a votação.

- PLEITO DOS FUNCIONÁRIOS DA FPA

Explicado pelo Dr. Maluf, ser procedente a solicitação pela manifestação do sindicato referente a reposição salarial e sobre a defasagem dos valores de benefícios, sendo o percentual de perda salarial maior que 50%. Comentado sobre impedimento legal para reposições fora das determinações do Governo do Estado, e sobre as solicitações e resposta do Secretário de Governo.

Sugerida a marcação de conversa com Governo para discussão do tema.

Debatido sobre a natureza jurídica da Fundação e decidida a continuidade do processo de negociação sobre o tema, com ações junto a Assembleia.

Decidido que o Conselho Curador fará uma manifestação formal ao Governo em apoio às solicitações dos funcionários.

- PROGRAMAÇÃO DAS RÁDIOS E TV CULTURA

Comentado sobre a cobertura nacional da rede, resultado de audiência do jornalismo e da TV, projeto Palco Plateia, parceria com Universidade Mackenzie, início do cartunista Luciano Veronezi como fixo no Roda Viva e convidados para entrevistas no programa, relatado o aumento do número de horas produzidas pela TV diariamente, informado do convite para que TV Cultura tenha um assento permanente na Academia do Emmy.

Apresentado vídeo referente a programação dos meses de junho e julho.

- RELATO DOS COMITÊS

Os Conselheiros responsáveis pelos Comitês Estratégico e Curadoria, Jurídico e Controles Internos, realizaram relato dos temas debatidos nas reuniões.

O Presidente Fabio Magalhães convidou os novos Conselheiros para participarem dos Comitês.

- REGIMENTO INTERNO

Foi colocado em votação e aprovado pelo Conselho, a inclusão do 5º parágrafo do artigo 25 no Regimento Interno da FPA, havendo quórum para o ato.

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Informado que o tema seria discutido na próxima reunião do Conselho Curador.

- CNPJ DO SOLAR FABIO PRADO E MUSEU DA CASA BRASILEIRA

Aprovada a criação de um CNPJ para o Solar Fabio Prado oriundo do CNPJ da Fundação, como filial, havendo quórum para a decisão.

Aprovado que os assuntos Solar, Museu, Fundação Crespi Prado e Patrimônio Reservado, sejam discutidos em pauta específica na próxima reunião do Conselho Curador, com envio anterior aos Conselheiros de resumo das situações existentes.

O Presidente Maluf informou que solicitou o provisionamento no balanço do valor discutido com a Secretaria da Cultura, referente a prestação de contas pelo convênio do Museu com a FPA.

- OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Carlito explicou aos Conselheiros sobre o princípio de incêndio no CDOC, não havendo perda do acervo. Será encaminhado aos Conselheiros o relatório sobre o evento. Informou que para discussão na reunião de setembro do Conselho enviará um relatório detalhado das ações no CDOC, com envio antecipado aos Conselheiros para conhecimento prévio.

+ galhães L/
t: d n e do Conselho Curador

Maria Filomena Gregori U. O. t.
Secretaria da Mesa do Conselho Curador